



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Ata n.º 03/2025

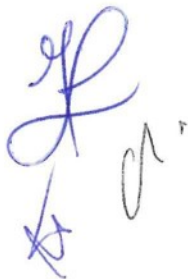
Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2025

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

----- **Lista de Presenças:** -----

15 Deputados Municipais do PSD - Silvério António da Silva Gonçalves Guerreiro (Presidente da Assembleia), Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (em substituição de Bárbara Maria do Amaral Correia), João Carlos Dias dos Santos, Victor Matos Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), Hélder Faísca Guerreiro, Marilyn Tomás Galvão da Conceição Sousa (1ª Secretária), Rúben Emanuel Cruz Santos, Álvaro José Martins Viegas, Irina Alexandra Mendes Martins, Paulo Jorge do Brito Teixeira (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Elisabete Vieira Luz (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Ricardo Manuel Coelho Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Benafim), Fernando Manuel de Sousa Viegas (Presidente da Junta de Freguesia de Querença), Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Carlos Alberto Lúcio Ronquillo (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente). -----

14 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Ana Paula Neto Coelho dos Santos, Fernando Pereira Marques, Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária), Elsa Maria Rocha Pereira Silva (em substituição de Adriano Costa Cabrita), Ivone Carla Coutinho Machado, Carlos Manuel Pontes Costa, Ana Teresa dos Santos Pessoa, Débora Filipa Mestre Cabo (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), João Pedro Martins Romão (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Analidio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião), Flávia Margarida dos Reis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Fernandes Urdich (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da Tôr). -----

6 Deputados Municipais do Partido CHEGA - Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro, Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Manuel Alfredo Cavaco Bento Coelho, Delfim Renato da Silva Monteiro, Mara Isabel Silva Faustino Francisco, Luis Carlos Rodrigues Barroca; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Liliana Fernandes Marques Bom (em substituição de Isilda Maria Mendes Guerreiro); -----

1 Deputado Municipal da IL - João Filipe Coelho Gonçalves Apolónia; -----

1 Deputado Municipal do TPA - Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) -----

Também estiveram presentes, o Presidente da Câmara, Telmo Pinto, o Vice-Presidente, David Pimentel e os Vereadores, Maria Esteves Lourenço, Paulo Trindade, Catarina Dominguez, Paulo Martins, Horácio Ferreira, António do Adro e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes os Vereadores, Helder Martins e Maria Margarida Correia. -

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----

1- Intervenção do Público

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Aprovação de Atas

Outros assuntos

3- Período da Ordem do Dia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2070-2025 [DAF] - Proposta de Fiscalidade Municipal para 2026 - a fixação da taxa de IMI, incluindo a redução da taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes; a fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC; para deliberação;

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2141-2025 [DAF] - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2026, de acordo com o disposto no artigo 25º, nº 1, al. a) e artigo 33º, nº 1, al. c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A lista de documentos que integram o Orçamento e Grandes Opções do Plano são os seguintes: Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano; Resumo das receitas e despesas; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Receitas e Despesas, desagregado por classificação económica; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipais; Mapa de Pessoal; Mapa de Transferências para as Freguesias; Mapa de Encargos com os Empréstimos; Normas sobre a Execução Orçamental; Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa das Participações da Entidade; Orçamentos das Empresas Locais; para deliberação;

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2109-2025 [DAF] - Delegação de Competências relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais, até ao limite de 100.000,00 EUR, no presidente da Câmara, conforme estabelecido no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março; para deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2140-2025 [DAF] - Aprovação dos Compromissos Plurianuais - ano 2026**, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; **para deliberação;**
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2104-2025 [DAF] - Aprovação da 6.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos**, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; **para deliberação;**
- g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2107-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação;**
- h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2166-2025 [GAF] - 5.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Almancil, no valor de 209.636,17€ - ano 2026** (duzentos e nove mil, seiscentos e trinta e seis euros e dezassete cêntimos); **para deliberação;**
- i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2167-2025 [GAF] - 7.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Alte, no valor de 130.739,10€ - ano 2026** (cento e trinta mil, setecentos e trinta e nove euros e dez cêntimos); **para deliberação;**
- j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2168-2025 [GAF] - 4.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia do Ameixial, no valor de 174.210,36€ - ano 2026** (cento e setenta e quatro mil, mil duzentos e dez euros e trinta e seis cêntimos); **para deliberação;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2169-2025 [GAF] - 7.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no valor de 135.238,50€ - ano 2026 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e trinta e oito euros e cinquenta cêntimos); para deliberação;

l) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2170-2025 [GAF] - 12.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no valor de 877.463,98€ - ano 2026 (oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três euros e noventa e oito cêntimos); para deliberação;

m) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2171-2025 [GAF] - 7.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Salir, no valor de 190.719,80€ - ano 2026 (cento e noventa mil, setecentos e dezanove euros e oitenta cêntimos); para deliberação;

n) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2172-2025 [GAF] - 4.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no valor de 203.880,68€ - ano 2026 (duzentos e três mil, oitocentos e oitenta euros e sessenta e oito cêntimos); para deliberação;

o) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2173-2025 [GAF] - 5.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no valor de 123.472,16€ - ano 2026 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e dois euros e dezasseis cêntimos); para deliberação;

p) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2174-2025 [GAF] - Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

de Benafim, no valor de 262.316,86€ - ano 2025 e 2026 (duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e dezasseis euros e oitenta e seis cêntimos); para deliberação;

q) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2175-2025 [GAF] - Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Querença, no valor de 205.084,71€ - ano 2025 e 2026 (duzentos e cinco mil, oitenta e quatro euros e setenta e um cêntimos); para deliberação;

r) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2176-2025 [GAF] - Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia da Tôr, no valor de 171.995,11€ - ano 2025 e 2026 (cento e setenta e um mil, novecentos e noventa e cinco euros e onze cêntimos); para deliberação;

s) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2178-2025 [GAF] - Aprovação do Auto de Transferência de recursos do município de Loulé para a freguesia de Benafim - ano 2025 e 2026; para deliberação;

t) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2179-2025 [GAF] - Aprovação do Auto de Transferência de recursos do município de Loulé para a freguesia de Querença - ano 2025 e 2026; para deliberação;

u) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2180-2025 [GAF] - Aprovação do Auto de Transferência de recursos do município de Loulé para a freguesia da Tôr - ano 2025 e 2026; para deliberação;

v) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2181-2025 [GAF] - Aprovação da 3ª Alteração ao Auto de Transferência de recursos do município de Loulé para a freguesia de Quarteira - ano 2026; para deliberação;



Handwritten signature in blue ink

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

w) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2088-2025 [DP] - Operacionalização do Fundo de Compensação da Unidade de Execução delimitada no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste - Constituição do Fundo de Compensação (FC); para conhecimento;

x) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2092-2025 [DP] - Operacionalização do Fundo de Compensação da Unidade de Execução, delimitada no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste - Alteração dos elementos nomeados pela Câmara Municipal de Loulé na Comissão de Gestão do Fundo de Compensação (CGFC- PUQNNE); para conhecimento;

y) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2094-2025 [DP] - Operacionalização do Fundo de Compensação da Unidade de Execução, delimitada no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste - Regulamento do Fundo de Compensação e da respetiva Comissão de Gestão; para deliberação;

z) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2095-2025 [DP] - Operacionalização do Fundo de Compensação da Unidade de Execução, delimitada no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste - Sistema de registo de ativos do Fundo de Compensação; para conhecimento; -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todas e a todos os senhores e senhoras Deputadas. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Telmo Pinto, na sua pessoa, cumprimento todo o Executivo e a vereação, público aqui presente, público que nos acompanha nas redes sociais, às equipas de apoio à realização desta Assembleia, ao Gabinete de Apoio à Assembleia, à equipa da Língua Gestual Portuguesa e Audiovisuais. Minhas senhoras e meus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

senhores, a todos muito boa noite. -----

Vamos dar início à sessão de hoje, dia 19 de dezembro de 2025, a terceira sessão da Assembleia Municipal de Loulé no mandato de 2025/2029. Hoje é uma Sessão Ordinária prevista no n.º 5 do artigo 37.º do Regimento da Assembleia e que terá de incluir a aprovação das Grandes Opções do Plano da Proposta de Orçamento para 2026, do Plano Plurianual de Investimentos e dos Compromissos Plurianuais e a deliberação sobre a nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação de contas quando a isso houver lugar. -----

Antes de entrarmos no Período de Intervenção do Público, quero fazer um breve enquadramento sobre a presente sessão e colocar à consideração do plenário alguns assuntos. -----

Em primeiro lugar, propor ao plenário, conforme tem sido habitual em anos anteriores, que a apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano, possam ser apresentados pelo Executivo com o tempo adequado, sem a atribuição de tempo para o efeito. Obviamente que previamente já me certifiquei que há uma estimativa temporal para esse efeito que ronda os 20 a 25 minutos. E então queria colocar aqui no plenário se algum dos senhores Deputados vota contra esta proposta de conceder esta premissa que tem sido habitual em anos anteriores? Alguém se abstém? -----

Portanto, iremos a cumprir esta tradição de o Executivo ter tempo para apresentar o Orçamento para que todos possam perceber. -----

Para a posterior discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano. A atribuição dos tempos far-se-á, de acordo com o Regimento, para os Períodos da Ordem do Dia, que também será utilizado para os restantes assuntos. Assim, caso os assuntos não sejam deliberados dentro do tempo regimental. Haverá marcação de nova sessão para continuação da ordem dos trabalhos, estando já confirmada a disponibilidade dos serviços para a próxima segunda-feira, dia 22 de dezembro. Vamos então entrar no período de intervenção do público. -----

1- Intervenção do Público; -----

O **Presidente da AML** disse: Como sabem, o tempo máximo de cada intervenção é de 5 minutos e destina-se à apresentação de Assuntos de Interesse Municipal, bem como de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa. -----

Foi registada uma inscrição prévia ao início desta sessão e uma inscrição já durante aqui, à porta, à porta da sessão. Eu iria então dar a palavra pela ordem de inscrição. Ia chamar e dar a palavra à senhora Sandra Cristina Monteiro Lança estará cá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

presente, que vem falar sobre a falta de segurança na zona de Malhadas, em Boliqueime. Muito obrigada, senhora Sandra Lança tem a palavra. Pode dirigir-se ao púlpito, se faz favor. -----

A **cidadã Sandra Lança** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos. -----
Eu estou hoje aqui também a representar os meus vizinhos, porque ultimamente temos sentido um clima de insegurança na zona de Malhadas - Boliqueime, porque têm surgido alguns indivíduos a rondar as ruas de Malhadas que estão claramente com o intuito de encontrar uma oportunidade para fazer um furto ou, pronto, causar alguma instabilidade. Dois dos indivíduos até foram já apanhados em flagrante. Um, por mim, ele estava dentro do meu jardim, por uma vizinha minha. Ele estava e é pior ainda, porque ele estava mesmo dentro de casa. Eu consegui confrontar a pessoa e disse-lhe que estavam a causar algum sentimento de insegurança e que entrar em casas alheias não era. Pronto, não era bom e que estavam a causar ali muita instabilidade, ali mesmo, ao nível de toda a povoação. Mas continuam a rondar e continuamos a encontrá-los. -----

Eu queria pedir se fosse possível, colocar, porque acho que estava previsto haver um posto de GNR em Boliqueime e acho que cada vez é mais preciso e caso isso não fosse possível, pelo menos ter alguma equipa a fazer rondas, só para demonstrar que pronto, temos ali algum apoio e que estas situações não se voltem a repetir ou pelo menos diminuam. Peço desculpa, estava um bocadinho nervosa e só isso. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado pela exposição que fez. -----
Iria agora dar a palavra a inscrição que recebemos hoje do senhor Jorge Pedro de Sousa Gonçalves, que tem no assunto o Parragil. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, na pessoa do senhor Presidente, cumprimento os presentes. Não posso deixar de dar os parabéns pelas vossas eleições e ter a esperança e pedir-vos que todos juntos, uma vez que parecem mais hoje do que o habitual. Todos juntos construam pelo nosso concelho de uma forma saudável e que realmente que as pessoas fiquem satisfeitas, que é para isso que acho que vocês estão aqui todos, para fazer pelas pessoas e que as assimetrias entre o interior e o litoral sejam cada vez mais amenizadas. -----
Posto isto, queria colocar 5 ou 6 questões. Primeira questão repetente do ano passado e tem a ver, acho que se pretende que Loulé seja uma zona, uma região, pelo menos nesta época do ano, que traga cada vez mais um fluxo e seja mais um centro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

atração de pessoas. E queria pedir-vos que equacionassem realmente que a Aldeia de Natal, pelo menos nos fins de semana e nos períodos de mais acesso das pessoas, estivesse aberto até mais tarde, porque realmente já o ano passado as luzes fechavam muito cedo, acho que é pertinente. -----

Posto isto, um parêntese no Parragil, este ano, pelo segundo ano consecutivo, não há a iluminação de Natal. Houve durante 40 anos, perguntei ao senhor Presidente da Junta ontem, disse-me que a culpa seria eventualmente da Câmara. Não sei se será ou não. -----

Segunda questão, a nova maioria foi ao Parragil num pré-comício e falou-se eventualmente na questão do dono do terreno que vai de Loulé para o Parragil sobre aqui em Loulé, antes a seguir a Nossa Senhora da Piedade, antes da rotunda a seguir à rotunda, aliás antes da rotunda está um terreno, de onde por suposto, pelo menos no Parragil, a ceder o terreno em troca de alguma coisa, como é óbvio, fazer uma entrada digna de Loulé para o lado do Parragil. Tenho falado nisto há muito tempo e a segunda questão que coloco o senhor predispôs-se, pelo menos lá fiquei com essa impressão. Acho que deveriam fazer algo para embelezar mais, até porque tem ali um centro que é a Nossa Senhora da Piedade e que está muito menosprezado, no meu entender, como é óbvio, é a minha opinião em relação a isso. Creio que podem fazer alguma coisa. -----

Terceira questão, não menos importante, aquela que eu tenho vindo a falar há muitos anos, há os dois fornos que é logo a seguir aquele terreno que é da Câmara, que tiveram a ideia de colocar um Campo de Golfe, não sei, ou uma academia. Não sei se haverá muita água para isso ou não no futuro, mas presumo que poderiam fazer ali habitação controlada e, mais importante que isso, para mim, mais importante é partirem uma parede. Expliquei isto tanta vez, Senhor Presidente e ele não percebeu, o anterior, partir uma parede com 3 m, partir a parede com 3 m. Eu fiz isto, não perceberam? Para passarem às pessoas que pedonalmente, porque ali é um perigo, um perigo iminente, há de morrer, ali alguém. -----

Quarta questão, não menos importante, as águas do Algarve, sei que não é a Câmara, mas também pode interferir. Tem água que vem das barragens, o Parragil, está lá no meio da central que fizeram do depósito, "What ever", está lá nesse meio e não tem água nem vai ser a primeira a ter. Tem que ser a primeira a ter, porque é logo ali adjacente. Tem que ser a primeira a ter água vinda das barragens. Eu que devo dizer, para além disso, a pressão que naquelas zonas, é muito alta, tem que equacionar isso também. -----

Outra questão que quero colocar é no Parragil, na estrada de Matos da Picota há um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

terreno e queria clarificar de uma vez por todas, se fosse possível, se este terreno é da Câmara ou não? Se há possibilidade no futuro haver um centro de dia ou um lar, porque na freguesia de São Sebastião não há lares. Portanto, se podia ser um lar ou um centro de dia lá, porque foi a primeira terra a querer um lar e não há nada feito. Há lá um terreno que se for da Câmara tem todas as possibilidades e será de fazer isso, de ser possível fazer isso e se executar. -----

Outra questão, não menos importante, falei ontem nas pedreiras, também o senhor Presidente da Junta disse que era um mal necessário porque tinha criado muitos empregos. Aceito, mas por essa ordem de ideias, todas as casas que estão a fazer aí agora no meio do mato, serão um mal necessário também, nós não podemos equacionar assim. Eu não quero que as pedreiras saiam dali, aliás, há 26 anos estiveram para sair. Tiveram para parar, não pararam porque houve manobras inteligentes e acabaram por conseguir com que elas vingassem novamente. Se vocês forem lá ver, há uma delas que tem neste momento está abaixo do nível do mar. Para vocês terem ideia, o buraco, a cratera, a Cimpor está a delapidar um cerro. Isto só para exemplificar. Ainda no outro dia, em Benafim, ou seja, na estrada do Alto Fica, houve um senhor que queria plantar alfarrobeiras, fez uma movimentação de terras, proibiram-no de fazer, isto é exequível? Não há equidade aqui, há aqui qualquer coisa que não percebo. -----

Outra questão, não menos importante são sete já, o Bupi noutras Câmaras lá em cima já existe. -----

O **Presidente da AML** disse: Peço que resuma uma vez que já está a terminar o tempo. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** retomou a palavra e disse: Vou só terminar com esta, o BUPi existe noutras Câmaras, não existe aqui. O cadastro em Loulé não foi até ao final. Eu queria que aqui, eventualmente, a Câmara procedesse e criasse algum, sei lá, uma pessoa ou entidade, ou no meio, se calhar, um pelouro que pudesse fazer com que o cadastro fosse feito, porque o cadastro é muito, muito caro para os terrenos do interior. E se o cadastro foi mal feito, não foi por culpa das pessoas, foi por culpa de outras entidades. Obrigado e boa noite e felicidades a todos. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Jorge. Aqui a Mesa regista e agradece e deseja também Boas Festas para o público que interveio. Eu registei oito questões, eu penso que isto estava para a Assembleia toda, mas eu recordo também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

que existe a possibilidade de, não havendo resposta imediata a todas as questões, elas podem ser dadas no prazo de 30 dias por escrito ao munícipe e, portanto, de qualquer forma, vou já de imediato dar a palavra ao senhor Presidente. Mas hoje como temos uma agenda longa, deixo aqui já esta nota. Senhor Presidente, tem a palavra.

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos, senhor Presidente e a Mesa com a acompanha, aos Vereadores, deputados aqui desta casa. Todas as pessoas estão aqui e lá em casa também. As nossas técnicas ali da linguagem gestual e os técnicos de som que temos aqui todos. -----

Bom, relativamente à segurança, é logicamente preocupante, e eu acho que não há ninguém nesta sala e ninguém que tenha um cargo político que tenha sido eleito neste momento, que não se preocupe com aquilo que vamos falando da segurança, não só em Boliqueime, mas noutros sítios, É verdade, há uma coisa que é importante percebermos é até onde é que vai a limitação do município. A segurança é uma responsabilidade, aquela que nós falamos do Governo Central e por isso é que eu digo, que todos temos de trabalhar nesse sentido. Há aqui várias ações e projetos que nós temos que minimizam esse impacto. -----

O Posto da GNR em Boliqueime, é uma das coisas que nós queremos avançar, dependendo sempre de quem está lá em cima e quem decide. Mas temos uma reunião marcada com o Ministro da Administração Interna para falar sobre isso também sobre esse ponto, e dizer que há outras intervenções, como a Polícia Municipal, como a videovigilância, como a iluminação pública, que às vezes não ligamos, mas que intervém também nessa segurança que nós, que nós podemos fazer, mas depois que nos limita pela presença na rua, que é importante. Essa perceção das pessoas de segurança, é importante olharmos para ela. O que é que eu posso dizer? Vou falar com o Comandante. Eu penso que o Presidente da Junta, já me disse que teve uma abordagem à Comandante do posto da GNR de Loulé e perceber como é que se pode pelo menos ter mais pessoas para a rua e tentar aqui em conjunto, pedir a todos nós que é importante, temos aqui Deputados da Assembleia da República começar a olhar para a segurança no concelho, porque não é só em Boliqueime. Começa a ser em Vilamoura que começa a ser em Loulé, e esta perceção das pessoas é algo que nós temos que combater para arranjar cada vez mais efetivos para o Algarve, porque nós vamos trabalhando, damos as condições aos postos da GNR, como foi feito aqui anteriormente em Loulé, 2 postos novos e remodelar mais. 2 viaturas que muitas vezes não têm condições para andar sequer a fazer, a andar, na rua a fazer as verificações, mas depois não recebemos aquilo que devíamos receber do Governo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Central. Portanto, o que lhe posso dizer e farei juntamente com o nosso Executivo e com elementos desta Assembleia, com essa proximidade ao governo passar aquela vontade que temos de melhorar a segurança aqui e tentaremos aquilo que for ao nosso alcance, dentro daquilo que é a nossa responsabilidade, melhorar ainda aquilo que vamos fazendo. -----

Depois, dizer o quê? A Aldeia de Natal, vou averiguar. Este Executivo o que é que fez? Pediu e temos no final destas festas, uma reunião para perceber e fazer um Relatório que é hábito que eu tenho, desde que tenho funções como autarca daquilo que foram os eventos, ouvir os Presidentes de Junta. Temos ouvido muitas pessoas relativamente àquilo que é a iluminação de Natal e aquilo que as pessoas estavam na expectativa que acontecesse nos locais onde vivem. E depois vamos avaliar e posso dizer que para o ano tentar melhorar essa iluminação em vários locais, mas neste momento estamos a fazer uma avaliação daquilo que foi feito e depois tentar aqui melhorar, que é o que nós queremos fazer todos os anos. -----

Dizer que a entrada de Loulé já foi uma das coisas que falámos, também sabemos quem é o proprietário do terreno que está logo a seguir à ponte e isso, no fundo, é uma abordagem, não é uma proposta. Os terrenos, o terreno eu não percebi qual é o terreno, mas vamos averiguar e poderemos dizer qual é o terreno que estamos aqui a falar para saber se é municipal ou não. Nós o que fizemos quando chegámos à Câmara Municipal antes de avançar com qualquer projeto, é saber aquilo que são os prédios urbanos e rústicos da Câmara Municipal. E são vários, portanto, é ter a perceção de que aqueles projetos que nós, tanto que trouxemos como programa, como estão aqui na Câmara já há algum tempo a ser executados para ver se existe uma perspetiva de alguns dos terrenos da Câmara haver viabilidade para fazermos estas construções. Portanto, esse também se pudesse depois dizia-nos qual era. ----

As águas do Algarve, sei que eles estão a ter intervenção. O que eu percebi é que a intervenção das águas do Algarve, agora para abastecimento de águas na zona do Parragil também estão a fazer em Querença e tudo bem, nós vamos perceber. Estavam neste momento ali ao pé da Quinta de Ombria, penso eu? Até relativamente à estrada, tem sido uma preocupação nossa. Porque o que eles têm no contrato com a empresa é a pavimentação só das valas e a estrada não vai ficar em condições, é uma das coisas que também estamos a trabalhar agora, mas vamos tentar perceber quais são as ligações que vão fazer primeiro e que estão em condições para serem feitas. -----

Os Matos da Picota, as pedreiras, nós se não for hoje que eu acho que é hoje, vamos trazer aqui umas Normas Provisórias para evitar que aquelas pedreiras no fundo, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

eu penso que quase todos estivemos ao lado, no outro mandato, estivemos ao lado da população naquelas pedreiras quando se vem do Parragil para Boliqueime de que não queríamos que aquilo tivesse alguma continuidade, mas ainda há pouco tempo estivemos em frente ao Monte Seco, reunidos com a empresa que explora e eles têm licenças para a exploração e para a ampliação de algumas pedreiras. Se perguntarem a mim, consegue se evitar? Não sei? Como é que conseguimos evitar. Podemos partir para perceber como é que o conseguiremos fazer. Não sei se será viável, mas esta que trazemos aqui e que começaram com medidas preventivas e tivemos que arranjar agora e já foi no passado, Atenção! Arranjar agora outra forma porque legalmente não havia e junto a CCDR e com apoio da CCDR conseguiram evitar que eles conseguissem continuar a explorar nós vamos conseguir. Todas as outras, podemos, depois, fazer um trabalho de proximidade e perceber o que é que conseguimos fazer. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu não sei se foram respondidas todas as questões. Eu penso eu anotei aqui algumas, mas podem ser posteriormente enviadas por escrito se o senhor Presidente assim entender, através da Mesa. Se o munícipe também concordar? Isto é democracia. Muito obrigado. -----
Eu havia aqui duas ou três questões ainda, mas a Mesa irá assegurar que as respostas cheguem ao senhor Jorge em tempo devido e agradecemos a tolerância e a compreensão. Muito obrigado, Senhor Presidente. -----
Não havendo mais inscrições para a intervenção do público, iremos passar ao período de antes da ordem do dia. -----

2 - Período de Antes da Ordem do Dia; -----

O **Presidente da AML** continuou e disse: E começamos com a aprovação de Atas. A Mesa traz aqui a aprovação da Minuta da Ata, que já tinha sido aprovado anteriormente, mas que não continha todos os nomes que tinham sido votados. Portanto, a Minuta da Ata 2/2025 não tinha, em rigor, todos os nomes que foram votados. Não estamos a alterar a minuta, estamos a colocar os nomes que, por lapso, não foram todos colocados naquela minuta. Então trazemos aqui hoje para, em bom rigor, ser aprovada essa atualização da minuta. Não constavam nas alíneas c) e e), designadamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Passou-se à votação: -----

Minuta da Ata 2/2025; -----

Foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

Outros assuntos -----

O **Presidente da AML** disse: Começaria por comunicar ao público e aos senhores Deputados aquele que tem sido a atividade também da Assembleia Municipal, comunicando a participação da Conferência de Representantes no Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais decorreu no passado dia 6 de dezembro, em Lamego. Portanto, foi uma comitiva constituída pelos Senhores Deputados Marilyn Tomás, Elisabeta Necker, Hélder Faísca, Fernando Marques, Sandra Ribeiro, Liliana Bom e pelo Presidente, estivemos presentes no Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais. Um Congresso muito importante porque vem afirmar aquele que é um dos palcos principais da democracia, as assembleias municipais, como estamos aqui a ver hoje com a participação. Registámos que houve neste momento uma renovação a nível nacional de 190 Presidentes de Assembleias Municipais. Portanto, é um bom sinal para a política essa renovação que ocorreu e foi aprovada uma Moção de estratégia, Moção essa com sete pontos, mas que eu vou aqui frisar três, dois deles que abonam a favor da Assembleia Municipal e do trabalho que vinha a ser feito pelo anterior Presidente e pela Assembleia. Estou a falar, nomeadamente na consagração legal das Assembleias Municipais Jovens e também da consolidação das Assembleias Municipais Temáticas. Portanto, é algo que fez parte da Moção que foi aprovada, mas que aqui a esta Assembleia já o pratica há bastante tempo e isso é um sinal bastante positivo para toda para todos os Deputados que aqui estão e para e para a condução dos trabalhos que foi feita nos últimos anos. Depois também foi lançado o repto para aquilo que é. O 5.º aniversário das primeiras eleições autárquicas irá ser celebrado no dia 12 de dezembro de 2026. São 50 anos e o desafio que foi lançado às Assembleias Municipais e ao Poder Local é que seja um aniversário celebrado condignamente e assinalando esse momento importante essa promulgação que foi feita do Poder Local e com as primeiras instalações das Assembleias Municipais e das Câmaras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Municipais. Portanto, serão tempos que eu acho que em que se justifica assinalar um dos pilares do 25 de Abril e da liberdade no nosso país. -----
Depois também, dar nota à Assembleia da participação da Assembleia na Associação Nacional de Municípios Portugueses, no 27.º Congresso. Estive lá presente, acompanhando o senhor Presidente da Câmara Municipal e também o representante que aqui foi votado das Juntas de Freguesia, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, Francisco André, nos dias 13 e 14 de dezembro, em Viana do Castelo, foi também um momento de elevada participação. Aqui do Algarve estiveram praticamente todos os Presidentes de Câmara e da Assembleia presentes e isso demonstra a força que o municipalismo tem no nosso país. Foram eleitos o novo Presidente da Associação Nacional de Municípios. O Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Pedro Pimpão, e, portanto, foi também um momento bastante importante de partilha de informação, partilha de experiências entre os autarcas do país e, portanto, valeu a pena a distância percorrida e o desgaste que foi ir e vir para quem participou. Portanto, vou passar agora ao expediente recebido na Assembleia Municipal. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

O **Presidente da AML** disse: Começo com uma entrada de 9 de dezembro de 2025 do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a Proposta de aumento de vagas no ensino superior. Esta proposta foi distribuída pelos senhores deputados e por isso não me vou alongar na sua leitura. -----

Há uma entrada a 14 de dezembro de 2025 da CCDR Algarve sobre a eleição indireta para presidente e um vice-presidente da CCDR que irá decorrer no dia 12 de janeiro, que também já foi distribuído pelos deputados. Aliás, aproveito para alertar os senhores deputados e a Assembleia para a necessidade de realizar uma Assembleia Municipal Extraordinária no dia 12 de janeiro. Assembleia, essa que deverá, em princípio, ser agendada para as 16h00. Os termos da mesma ainda não estão completamente conhecidos, até porque ainda não há listas publicitadas e estou a aguardar que sejam definidos os pormenores dessa assembleia para, logo que possível, comunicar aos senhores Deputados. -----

Dar conhecimento também de uma deliberação da Assembleia Municipal de Faro, com data de entrada nos nossos registos, a 15 de dezembro de 2025, com o tema capitalizado de Faro. Deliberação essa que já foi também distribuída pelos senhores Deputados aqui presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Por último, ainda no capítulo do expediente, dar conhecimento da comunicação recebida do secretário-geral do Partido Socialista sobre a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 26, que estabelece ou propõe estabelecer prazos máximos de pagamento às autarquias locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado. Portanto, estes são os quatro documentos que foram distribuídos neste momento do expediente. -----

Colocava a questão se algum dos deputados quer usar da palavra nesta ocasião sobre aquilo que foi aqui exposto? -----

Portanto, não visualizando qualquer pedido de intervenção Vamos passar aos esclarecimentos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé já prestou em relação ao que foi mencionado na anterior Assembleia e, portanto, é sinal de que os pedidos e as questões que se estão a ser colocadas estão a ser respondidas oportunamente e, portanto, iria passar sobre um esclarecimento que o Senhor Presidente enviou para a Assembleia no dia 13/12/2025, sobre o limite da idade para acesso aos transportes escolares, na sequência da intervenção da senhora Deputada Liliana Bom, do Grupo Parlamentar. Este esclarecimento, penso, também já terá sido distribuído e, portanto, houve já aqui um esclarecimento em tempo útil do Senhor Presidente. -----

Outro esclarecimento que chegou no dia 14/12/2025 do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, sobre a Unidade de Execução sobre a Proposta 1172/2025 - Unidade de Execução Eixo Norte Nascente, Loulé e Urbanização adjacente e, em complemento, hoje também pelas 17h30, uma informação relativa ao cálculo da edificação total é a atribuição de lotes aos respetivos proprietários. Esta missiva, que chegou hoje às 17h31, já distribuímos fisicamente. Penso que estarão distribuídas nos vossos locais onde se encontram agora. -----

Ainda um último esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé acerca da questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial, relativo ao encerramento do troço da EN2, entre o Barranco Velho e o concelho de São Brás de Alportel. Portanto, este esclarecimento foi enviado em tempo útil para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e também foi distribuída hoje aos Senhores Deputados. Portanto, isto é um bom sinal. Estamos a receber os esclarecimentos em tempo e, portanto, a Mesa congratula-se com os esclarecimentos que foram recebidos. Vamos passar agora para o momento das moções da atualidade e urgência. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Passou-se ao ponto seguinte: -----

O **Presidente da AML** disse: A Mesa recebeu duas Moções de atualidade e urgência. A primeira com a entrada a 18/12/2025 e deu entrada com a designação de **Moção de Atualidade e Urgência da Bancada do Partido Socialista, intitulada Moção de Urgência pela manutenção do CODU e do INEM no Algarve**. Portanto, de acordo com o número dois do artigo 72 do Regimento da Assembleia Municipal, a admissibilidade desta proposta fica condicionada à verificação pela Assembleia Municipal da real atualidade e urgência da mesma. Pelo exposto, coloco à consideração do Plenário dos Senhores Deputados. Se alguém se opõe à admissão desta proposta aqui descrita? Não havendo visivelmente alguém se abstém, mas isso também não vai relevar para a situação. Não havendo oposição, dou a palavra ao grupo do Partido Socialista para a sua apresentação. Penso que ao líder da bancada, o senhor Deputado Carlos Silva Gomes. -----

- **Moção de Atualidade e Urgência - Pela manutenção do CODU e das estruturas de socorro e de emergência médica (INEM) no Algarve, do GM do PS;** -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento toda a Mesa, senhor Presidente da Câmara e Executivo, caros Deputados, minhas senhoras e meus senhores equipas de apoio a realização desta Assembleia, muito boa noite a todos. Vai usar da palavra se o senhor Presidente a ceder, o senhor Deputado Márcio Fernandes deste Grupo Municipal. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra, senhor Deputado Márcio Fernandes, do PS. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sala e a quem nos assiste lá em casa. -----

Passarei assim à leitura da Moção: -----

- **Moção de Atualidade e Urgência “Pela manutenção do CODU e das estruturas de socorro e de Emergência médica e INEM no Algarve”** - Face às notícias preocupantes que têm sido veiculadas nas últimas semanas na comunicação social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

nacional relativamente à reorganização do Instituto Nacional de Emergência Médica, desenhadas com base na proposta da Comissão Técnica Independente para a Refundação do INEM, criada pelo Governo e tendo sido avançada a possibilidade de extinção no Algarve do Centro de Orientação de Doentes Urgentes, denominado CODU. Com a criação, em alternativa, de uma Central única de atendimento, com localizações concentradas apenas em Lisboa, no Porto e Coimbra, vem por este meio o Grupo Municipal do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Loulé, mostrar a sua total e profunda indignação por tal proposta que, caso venha a concretizar-se, prejudica de forma incompreensível a capacidade regional de socorro à população e a coordenação dos meios de emergência médica no Algarve. E, diga-se de passagem, em todo o Sul do país. Recorde-se que no dia 10 de maio de 2024, ou seja, no ano passado, a atual ministra da Saúde, Dra. Ana Paula Martins, esteve presente em Loulé para inaugurar a nova sede da Delegação Regional do Algarve do INEM, instalada no nosso município. Um investimento de 1.800.000,00 €, com uma visão que se esperava e que se espera de futuro e que visa reforçar a capacidade de resposta e a coordenação dos meios deste organismo a nível regional. Um edifício construído de raiz, com verbas do Município de Loulé, que integra, para além de outras estruturas de proteção civil, o Centro de Orientação de Doentes Urgentes, o CODU, o Gabinete de Apoio ao CODU, o Gabinete da Coordenação Regional e o Gabinete de Coordenação de Enfermagem não pode, pura e simplesmente, vir a ser desprovidos de valências das competências e das responsabilidades que estiveram na sua génese. Ou seja, servir a partir de Loulé a população do Algarve em matéria de socorro e acesso a cuidados de saúde, de urgência e de emergência. -----

Perguntamos então, passado pouco mais de um ano e meio desde a sua inauguração, equaciona o Governo distinguir ou desmantelar, total ou parcialmente, um serviço essencial no socorro às populações à gestão das ocorrências e a operacionalização dos meios no Algarve, ficando a região entregue a Lisboa, ao Porto ou a Coimbra nesta matéria? Não podemos, enquanto Grupo Municipal do PS, nesta Assembleia Municipal, deixar de estar preocupados com a proposta efetuada pela Comissão Técnica Independente, uma vez que a mesma não tem em conta a especificidade da região. O facto de esta ser uma região com elevado peso turístico, com realidades geográficas distintas, o que demonstra um total desconhecimento da realidade regional e, acima de tudo, na nossa opinião, uma enorme falta de respeito pelos cidadãos algarvios e do sul do país. Tendo em conta aquilo que tem sido veiculado publicamente acerca desta proposta da Comissão Técnica Independente, solicitamos ao Governo, através do Ministério da Saúde, um cabal, urgente e completo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

esclarecimento sobre a proposta e sobre o plano da tutela para esta área, apelando a que as notícias referidas não venham a ter concretização. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loulé, propõe que nesta Assembleia se delibere o seguinte: -----

Que esta Assembleia se junta à voz de todos os autarcas algarvios que, através de AMAL, subscreveram por unanimidade uma Moção no sentido de obter informação clara sobre o alcance, fundamentação, calendário, objetivos e impactos operacionais das reformas previstas nesta área em concreto. E, já agora, na reorganização da Autoridade Nacional de Emergência Médica e Proteção Civil. Que esta Assembleia assuma o compromisso de defender a manutenção e o reforço dos serviços regionais, com todas as suas valências, competências e capacidade operacional, respeitando e reforçando os investimentos já realizados no nosso município. -----

Que a presente Moção, depois de aprovada, seja enviada à Senhora Ministra da Saúde e que da mesma seja dado conhecimento à AMAL e a todas as Assembleias Municipais do Algarve. -----

Loulé, 18 de dezembro, data de entrada da Moção em 2025 a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Após a apresentação desta Moção, iria abrir aqui um período para inscrições dos Deputados que quisessem intervir. Até agora temos dois pedidos de intervenção. Então, pela ordem de inscrição, iria dar a palavra ao senhor Deputado da bancada do PSD, Rúben Santos. -----

O Deputado Rúben Santos (PSD) tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, cumprimento a si, à Mesa, ao Executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, aos colegas deputados e ao digníssimo público que nos assiste aqui e lá em casa. -----

Quero dizer o seguinte, se há algo em que penso que todos nós concordamos é que a saúde está efetivamente doente e está doente no Algarve, em particular, o Instituto Nacional de Emergência Médica. Tem funcionado mal, funciona mal. Nós também concordamos com isso e penso que a senhora Ministra também concorda. Foi neste sentido que a senhora Ministra e o Ministério da Saúde, deliberou nomear um grupo de trabalho independente técnico para estudar as causas da degradação dos serviços prestados pelo INEM. O grupo tem estado a trabalhar, portanto, o que saíram foram apenas notícias. E nós, esta bancada, percebe naturalmente a necessidade e associamo-nos à necessidade de ver esclarecidas quais são as intenções,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

nomeadamente para a sede do INEM e do CODU no nosso município. No entanto, gostávamos de propor uma pequena alteração para podermos subscrever e votar a favor desta Moção, que é uma vez que ainda não são conhecidas as conclusões deste grupo técnico. E dado que penso que nenhum de nós deve sobrepor a opinião técnica que este ponto dois. No fundo, é assumir um compromisso e uma visão para a continuidade do INEM seja retirado, aguardando naturalmente os detalhes técnicos que este grupo vier a dar sem naturalmente também desperdiçar aqui o restante texto e pedindo o esclarecimento cabal desta situação, o Ministério da Saúde. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Deputada da bancada do CHEGA, Sandra Ribeiro. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Eu hoje não estou com a minha voz a 100%, mas vou tentar o melhor. -----

Ora bem, nós acompanhámos esta Moção, sem dúvida alguma, em prol das preocupações e das necessidades da população algarvia. Isto é um assunto extremamente importante e obviamente, urgente. Queríamos, contudo, congratular a iniciativa da AMAL, bem como hoje, o comunicado que o Executivo desta Câmara fez publicamente merece o nosso voto de louvor. Por isso, muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Não sei se há mais inscrições? Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Silva Gomes, da bancada do PS. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Nós fizemos esta Moção, já propositadamente com um texto que fosse pacífico, e facilmente subscrito por todos, uma vez que aquilo que nos une nesta matéria, como foi dito e muito bem pelo senhor Deputado Rúben, é a defesa da saúde no nosso concelho. E ela está indissociável do da defesa da saúde na região. -----

Sinceramente, não conseguimos entender que seja proposta a retirada deste ponto 2. Quando eu vou ler porque pode-me estar a escapar alguma coisa, que é que esta Assembleia assuma o compromisso de defender a manutenção e o reforço dos serviços regionais com todas as suas valências, competências e capacidade operacional, respeitando e reforçando os investimentos já realizados no nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

município. Ou seja, independentemente da posição que a Senhora Ministra tome e dos fundamentos técnicos, eu penso que este é um compromisso que esta Assembleia e que todos os deputados, individualmente, devem assumir e defender os interesses de todas as valências da saúde na nossa região. -----

Para ser muito claro, e vocês sabem que eu não gosto de coisas embrulhadas. O Partido Socialista, como dará prioridade à aprovação da Moção, se o PSD insistir que para votar favoravelmente, é necessário que retiremos o ponto 2, a gente retira-o. No entanto, gostaríamos que repensassem essa posição e que ela não fosse mantida, ou então que fosse explicada. No fundo, o Algarve tem sido sistematicamente esquecido em matéria de investimento e planeamento na saúde. Carência de médicos e outros e outros profissionais de saúde e crítica. Obriga a deslocações longas e penosas para receber cuidados básicos. As condições de trabalho para os profissionais são insuficientes, com falta de equipamentos e instalações degradadas. Ausência de incentivos. O Hospital Central do Algarve, como nós sabemos, prometido há mais de duas décadas, continua por construir e não nos interessa sequer estarmos aqui a perder tempo a discutir de quem é a responsabilidade nossa. Não é certamente e os algarvios mereciam mais. A ausência do helicóptero no INEM na nossa região, embora temporária, deixou novamente a região desprotegida de situações de emergência que exigem rapidez e meios adequados. E aumentou ainda mais aquela sensação de abandono que penso que todos nós sentimos. A situação agravou-se agora com esta intenção anunciada. É evidente que temos a noção que é apenas um parecer técnico, mas não deixa de ser uma espécie de anúncio prévio daquilo que poderão ser as intenções nesta matéria. E daí também temos a noção que a senhora Ministra não tomou posição e o Governo ainda se vai pronunciar sobre isto. Daí que apelamos a que as questões técnicas levantadas no Relatório sejam ponderadas pelo Governo, não só na perspetiva meramente técnica e de gestão, muitas vezes economicista dos meios, mas que pense na região e neste caso, que é aquilo que nos interessa defender mais diretamente no nosso município. Portanto, não são apenas questões administrativas que estão em causa, é a vida das pessoas que está em causa. E cada minuto perdido numa emergência pode significar a diferença entre a sobrevivência e a tragédia. Retirar ao Algarve esta capacidade de resposta é agravar a condenação da região à situação de desigualdade e abandono a que tem sido votada. E por isso entendemos que se a decisão a ser tomada irá desvalorizar ainda mais as regiões periféricas, como é o caso do Algarve, é comprometer o princípio da coesão territorial. Não podemos nós, nem concelho, nem nós Algarve, continuar a ser tratado como uma nota de rodapé nas políticas nacionais de saúde. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Na sequência do pedido de inscrição, dou a palavra ao Deputado Helder Faísca, da bancada do PSD.

O Deputado **Helder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e quem nos assiste lá de casa. -----

Bom, quando, tal como disse aqui o Deputado Rúben, eu penso, não há dúvidas nenhuma que o INEM está a funcionar mal. Agora, se o INEM está a funcionar mal, eu penso que nenhum de nós tem capacidade para dizer como é que ele funcionará melhor. Se o Governo pediu uma comissão técnica para fazer um estudo, como é que ele funciona melhor, eu não me sinto à vontade em defender que o centro do CODU aqui faça com que funcione melhor ou pior. Portanto, eu assumo e acho que esta Assembleia pode assumir o compromisso de defender o melhor para o Algarve, defender um melhor funcionamento do INEM, porque se à comissão técnica disser que o centro do CODU deve estar noutro sítio, quem sou eu ou quem são os senhores para dizer o contrário? Não é por termos investido num edifício que isso faz com que seja importante que esteja ali o CODU. Eu não sei se toda a gente, eu se calhar propunha, pelo menos para a Conferência de Representantes, uma visita ali ao centro do INEM, para percebermos de facto, o que é que se passa ali, antes de estarmos aqui a decidir que aquilo é mesmo importante ali. Eu por acaso visitei a pouco e as chamadas são atendidas ali e não são obrigatoriamente daqui. Portanto, ao não serem daqui elas podem ser atendidas noutro sítio qualquer. Eu não faço ideia, eu, pessoalmente, não faço ideia. Nós sabemos que o INEM funciona pior, funcionava mal há dois anos. Temos o edifício há um ano e continua a funcionar mal. Portanto, eu se calhar não retirávamos o ponto dois. Mas acho que esta Assembleia deve assumir o compromisso de defender o melhor para o Algarve, para o país, para Loulé. Se isso é termos cá a delegação do INEM ou não, eu não sei e não me sinto à vontade em dizer que para isso defendo que a delegação do INEM esteja cá. Eu não me sinto à vontade nisso. Portanto, eu acho que se calhar fazíamos aqui um texto em que assumimos o compromisso de defender o melhor para o INEM, o melhor para o Algarve relativamente ao funcionamento do INEM. Agora eu não tenho a certeza que o melhor para o INEM seja a manutenção dos serviços regionais cá. Eu não tenho essa certeza. Portanto, eu acho que devemos assumir o compromisso de defender o melhor. É evidente que acho que temos que ter informações antecipadamente e juntamo-nos aos presidentes de Câmara, como é evidente, através da AMAL. Mas eu não me sinto à vontade. Eu não me sinto. Se os senhores sentem, se os senhores

Handwritten initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

têm a certeza absoluta disso. Eu não tenho. E como não tenho, acho que não podemos. Não podemos assumir esse compromisso de que o melhor para o Algarve é ter cá a Delegação Regional do INEM. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Dou a palavra ao senhor Deputado Carlos Silva Gomes, da bancada do Partido Socialista. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. É evidente que nos escapam muitas questões técnicas que estas matérias envolvem nesta como noutras matérias. No entanto, será um bocado estranho que num serviço a funcionar mal a nível nacional, a grande solução seja extinguir o único a sul do país é que ainda por cima não é só Algarve, Algarve e Alentejo. Dos atuais existentes, esta remodelação apenas pressupõe a extinção do sul. E eu, sinceramente, independentemente de questões técnicas, há questões também relacionadas com perceções de segurança e eu não tenho dúvidas nenhuma que as pessoas se sentem muito menos seguras sabendo que o seu socorro depende de uma central que está em Lisboa do que de algo que está aqui mais próximo. E a ser assim, por que motivo também não encerrar todas e concentrá-las todas numa única central? Se calhar porque a vazão do serviço seria incompatível. O que é facto é que nós, nesta situação, ficaremos dependentes da Central de Lisboa, que será das mais das mais sobrecarregadas do país. Eu acho que aquilo que nos interessa salvaguardar é que este assunto não seja tratado de forma leve e que não venha prejudicar ainda mais a região. Se dizem que subscrevem a posição dos Presidentes de Câmara, eu penso que os Presidentes de Câmara, através da AMAL, foram claros na sua sensibilização à senhora ministra para que essa decisão não seja tomada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Penso que tenho um pedido de inscrição. Dou palavra ao senhor Deputado Rúben Santos, da bancada do PSD. -----

O Deputado **Rúben Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas para dizer o seguinte, a única coisa que nós pedimos é que não nos antecipemos às questões técnicas, e como nós não somos técnicos, não nos sentimos confortáveis em definir de base uma posição antes dela ser pronunciada por um corpo técnico independente. E, portanto, é neste sentido que fazemos este pedido.



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Mais do que isso, a eventual retirada não sei se vai acontecer ou não. Ainda não temos essa informação. A senhora Ministra ainda não se pronunciou. Isto são apenas notícias que são veiculadas. Mas uma eventual retirada não significa a retirada de serviços às pessoas. Ou seja, o que a questão ali não são as ambulâncias que deixam de chegar às pessoas. A questão ali é o Centro de Orientação de Doentes Urgentes e, portanto, ou seja, uma chamada do Algarve pode ser atendida no CODU em Lisboa ou uma chamada de Lisboa pode ser atendida no CODU no Algarve. E, portanto, isto é uma questão técnica. É uma questão de gestão do INEM, e, portanto, nós entendemos que sim. Efetivamente, deve-se fazer esta defesa intransigente de melhores serviços de saúde para os algarvios e nomeadamente para os louletanos. Agora não queremos antecipar uma posição que é de cariz eminentemente técnico e independente. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Dou a palavra ao senhor Deputado Márcio, da bancada do Partido Socialista. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu só queria perguntar ao senhor Deputado Rúben se se sente confortável enquanto Deputado neste município e de explicar às pessoas a saída da única Central que existe aqui, que conhece a nossa região, os locais da nossa região. Do que estamos à espera de uma chamada feita para Lisboa e do acionamento dos meios a partir de Lisboa. Nós somos Deputados deste município, devemos isso às pessoas, não é? E o que nós aqui dizemos nesta Moção, não estamos a questionar a proposta, até porque a proposta não é conhecida e reconhecemos a bondade da proposta, porque se um serviço funciona mal, tem de passar a funcionar melhor, não é? O que não compreendemos é que isso venha a ser das quatro centrais que existem no país, a do Algarve seja a sacrificada. E nós, enquanto Deputados Municipais, neste município e também pelo Algarve, não é? O que nós aqui pedimos neste ponto dois e pedíamos que lessem com alguma atenção, não estamos a colocar em causa nem a proposta, nem estamos em colocar em causa a necessidade da refundação do INEM, nem os planos do Governo para esta matéria. O que nós aqui aprendemos assumir é o compromisso em defender a manutenção e o reforço dos serviços regionais e também aqueles investimentos que foram feitos no nosso município. Porque nós votámos esses investimentos no mandato anterior. Portanto, não estivemos contra este investimento e achámos muito bem que o CODU estivesse no nosso município. Portanto, penso que devemos isso às pessoas, enquanto algarvios e enquanto

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

deputados que zelamos pela nossa região. Se isso vai acontecer ou não, pois não sabemos. Veremos. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Temos mais uma inscrição. Então dou a palavra à senhora Deputada Irina, da bancada do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite, cumprimentos a todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Engenheiro Silvério Guerreiro. -----

Senhor Deputado Márcio, aqui não se trata uma questão de nos sentirmos bem ou mal relativamente à retirada do CODU e do serviço central, até porque eu por diversas vezes tive de chamar a ambulância em situações de urgência e lhe garanto que a chamada que eu fiz nunca foi atendido pelo Centro de Emergência aqui de Loulé e isso lhe garanto, as chamadas que eu fiz nunca foram atendidas por alguém do Algarve. Por isso a chamada é aleatória quando a fazemos e tanto pode cair aqui como pode cair a Coimbra. Esta é uma falsa questão que está a ser aqui discutida. Por isso eu não me sinto bem enquanto bancada estarmos a avançar questões relativamente e antes dos pareceres técnicos. Concordamos no teor de toda a vossa Moção, à exceção não pôr a carroça à frente dos bois. Que é só isto que queremos, é esperar que os técnicos e os engenheiros nos digam como é que a casa vai ser construída e depois construir a casa, simples quanto isto. Se tiverem nessa disposição esta bancada. Apoia a vossa Moção até ao fim. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Dou a palavra ao senhor Deputado Márcio Fernandes, da bancada do Partido Socialista. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Nós iremos ver a forma como poderemos equacionar essa introdução do vosso ponto aqui. Só queria reforçar mais uma vez a ideia, nós aqui não estamos a colocar a carroça à frente dos bois, estamos apenas a colocar a nossa posição de defesa e é isso que nós pedimos neste ponto dois. Não estamos a dizer se vai ser bem, se vai ser mal, se vai ser assim. Estamos a colocar é, o nosso compromisso de defesa regionalmente dos serviços no Algarve. Isto porquê? Porque são 4 centrais e como o meu colega Carlos Silva Gomes disse há pouco, com 3 centrais, seguramente não funcionamos melhor do que com 2. Digo eu não sei, mas são questões técnicas que, lá está, teremos de esperar pelos técnicos. Aquilo que nós podíamos seria a assunção desse compromisso. Teremos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

que falar aqui eventualmente. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. A pedido dou a palavra ao senhor Deputado Carlos Silva Gomes, da bancada do Partido Socialista. -

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Sim, eu, nós temos muitas matérias para discutir ainda e queremos-nos centrar naquilo que é essencial, que é a defesa das questões de saúde no município. E vamos fazer uma proposta alternativa à redação do ponto dois, que é que esta Assembleia assuma o compromisso de defender o reforço dos serviços regionais em todas as suas valências, competências e capacidade operacional. Já não se põe a questão da manutenção que podia estar indiretamente a indicar o INEM. A gente assume defender o reforço dos serviços regionais, que é aquilo que nos interessa e das suas valências e competências técnicas. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** interveio e disse: Já agora, se me permite, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Sim. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: sobre a questão das chamadas, eu penso que o que se passa com o sistema é quando ele está sobrecarregado numa das centrais ela reencaminha para outra. Isso quer dizer que se das vezes que a senhora Deputada tentou contactar o CODU, não terá sido possível atendê-la aqui foi encaminhada para outras. Penso eu que o sistema será esse, mas também não tenho a certeza. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Dou a palavra o senhor Deputado Hélder Faísca, da bancada do PSD. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Era mesmo isso que eu queria fazer, era reiterar o pedido para que visitássemos pelo menos a Conferência de Representantes, para percebermos, de facto, o que é que funciona ali. -----
Porque eu por acaso visitei, numa iniciativa da Junta de Freguesia que o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Presidente da Junta de Freguesia chama Presidência Aberta e visitámos, entre outras instalações, visitámos essa e é de facto aquilo que lá acontece não é bem aquilo que nós pensamos que acontece. O funcionamento do CODU é bem diferente daquilo que nós imaginamos e se calhar depois de percebermos o que lá se passa, também temos que saber exatamente o que é que é para ser retirado daqui, porque dentro daquela sala há várias coisas a funcionarem e eu não sei exatamente o que é que vai ser retirado, porque o atendimento da chamada é feita por uma pessoa. A distribuição de meios é feita por outra e depois há outros que acompanham quem sai e são coisas completamente diferentes que, por exemplo, nós quando lá estivemos estava a ser atendida uma chamada de Sintra. Portanto, não acredito que não houvesse naquela altura nenhuma do Algarve, não acredito, sinceramente. Agora, se é só esse atendimento de chamadas, que é ou se é todo o resto, porque daquilo que eu percebi, mas é evidente, só com a visita é se calhar esclarecermos melhor, porque na altura a minha mente não estava completamente vocacionada pra isso, mas eu percebi que entende, a chamada está a introduzir e de facto, atrás dela a distribuição de meios é feita cá. De facto, não é feita noutro lado, mas aqui está a distribuir meios de uma chamada que pode estar noutro sítio. E depois eu não sei o que é um, o que é que é outro. Portanto, eu só não me sinto confiante em defender o CODU aqui. E o investimento que de facto o investimento pode ter sido mal feito se os técnicos disserem que é melhor estar noutro sítio. Quem sou eu para dizer o contrário? Portanto, eu assumo o compromisso de defender o melhor para cá, seja ele aquilo que for. Parece-me melhor. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor deputado. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Pronto, é isso, nós fizemos uma proposta concreta, que é a que o texto passa a ser que esta Assembleia no ponto dois, “que esta Assembleia assuma o compromisso de defender o reforço dos serviços regionais em todas as suas valências, competências e capacidade operacional.” Ou seja, estamos a focar sobre o serviço e não sobre a organização. ---

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. A Assembleia regista o pedido da realização da visita. Irá agendar oportunamente com a Conferência de Representantes. -----

Não sei se há mais inscrições. O senhor Presidente da Câmara Municipal pede a palavra. Eu dou a palavra ao senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Bom, eu falei com o Luís Cabral, o Presidente do INEM e falei com a Ministra, e a verdade é que foi o IGF que propôs através de uma auditoria que propôs este estudo e o Presidente do INEM quando falou comigo o que ele disse foi mais ou menos assim "Isso é uma questão meramente pela rama e de quem não conhece o funcionamento nem operacionalidade daquilo que se passa aqui." E o que eu digo é chamando a atenção e concordando com todos que nós queremos o melhor para o Algarve. O Algarve tem 400 ou 500.000 habitantes, o grande problema do Algarve é a massa, crítica. Nós nunca conseguimos transportar para aqui a maior parte dos serviços que precisamos porque não temos massa, crítica. A massa crítica está no Norte. E isto não acontece com isto, acontece com tudo durante a vida. E se nós formos pensar naquilo que são os pareceres técnicos, Ai Jesus, o que é que vai acontecer ao Ameixial? Porque tecnicamente e financeiramente chegar ao Ameixial, prestar serviços a uma população que tem 300 habitantes não é normal. E se olharmos para isto de uma forma financeira, as zonas e as minorias começam a perder a sua relevância e a trazer aqui, que são equipamentos importantes para o Algarve. O que eu deixo aqui só é na minha opinião, é que nós temos que lutar para os serviços não saírem daqui. São conquistados serviços de proximidade e isso valoriza o território e valoriza o turismo quando sabem porquê? A perceção é muito importante e nós não podemos continuar a deixar que os serviços percam e que vão para fora. Se não, o Algarve ainda perde mais relevância do que já tem perdido nos últimos tempos. E nós não temos ninguém a lutar por nós, seja no futebol, seja nas atividades que tivermos no Râguebi que temos que fazer quase todas as semanas e de 15 em 15 dias, 500 quilómetros. Nós não temos e não temos essa proximidade. Portanto, é importante estarmos aqui unidos. Não é criticar. Atenção que eu, a senhora ministra, tem sido excecional naquilo que é o hospital. Ela disse-me a mim hoje que eu até final do ano quero ir aí abaixo assinar o protocolo de cedência de superfície do terreno para avançarmos com o hospital. E eu sinto essa confiança. Ela mesmo disse é importante o centro que está aí, o estudo está feito. A proposta está feita pela, pela equipa, pela comissão. Mas não está nada aí. Ela até disse é importante até para o Alentejo esse serviço, que é efeito do apoio ao Alentejo. E nós temos que partir do princípio. Cada vez mais temos que lutar por aquilo que são os serviços prestados no Algarve, porque nós não temos força no país e vamos perdendo cada vez mais força. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente, pela intervenção. Não sei se há mais inscrições? Se bem compreendi, não havendo inscrições, iríamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

colocar a votação a Moção apresentada com as sugestões que o Deputado Carlos Silva Gomes propôs. Penso que foi o entendimento correto. Portanto, iria colocar então à votação. -----

Passou-se à votação. -----

- Moção de Atualidade e Urgência “Pela manutenção do CODU e das estruturas de socorro e de Emergência médica e INEM no Algarve” do GM do PS; -----

Foi aprovada por unanimidade, com as sugestões propostas pelo Deputado Carlos Silva Gomes. -----

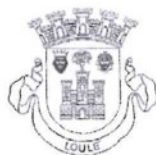
O **Presidente da AML** disse: Portanto, muito obrigado pelo pela forma construtiva como se realizou o debate, embora extenso, mas foi construtivo e atingimos o objetivo de todos. -----

Passou-se à Moção seguinte; -----

- Moção de Atualidade e Urgência - Pela segurança em Loulé são necessários Guardas Noturnos, do GM do CHEGA; -----

O **Presidente da AML** disse: Continuando no capítulo das Moções, deu entrada no dia 19 de dezembro, hoje, com a designação de Moção de Atualidade e Urgência dos Deputados municipais do Partido do CHEGA com o assunto pela Segurança em Loulé. São necessários Guardas Noturnos, portanto, também de acordo com o número dois do artigo 72 do Regimento da Assembleia Municipal. A admissibilidade desta proposta fica condicionada à verificação pela Assembleia Municipal da real atualidade e urgência da mesma. Sendo assim, iria colocar à consideração do plenário a admissibilidade da proposta e perguntava se algum dos senhores Deputados se opõe à admissão da proposta aqui descrita? Então pede a palavra. O senhor Deputado Carlos Gomes, da bancada do Partido Socialista, tem a palavra o senhor Deputado. -

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, Senhores Deputados. A presente Moção começou por ser apresentada pelo Partido CHEGA como Recomendação em 16 de dezembro passado, por não cumprir os prazos de entrega para ser analisada nesta Assembleia como recomendação, foi



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

convertida numa Moção de atualidade e urgência, entregue hoje para que seja decidida e discutida hoje. Discordamos desta metodologia de trabalho para assuntos tão importantes como é o da segurança. No entanto, dir-se-ia que, sendo sobre questões de segurança que naturalmente mexem com todos nós, seria difícil recusar a sua admissão e atual, porque tudo tem a ver com a nossa segurança e a segurança da nossa comunidade e atual. E seria também urgente, uma vez que tudo tem a ver com a nossa segurança e a segurança dos nossos é sempre urgente. Mas esta Moção pretende apenas e esse é o seu conteúdo expresso. -----

1. Recomendar ao Ministério da Administração Interna que proceda a argumentação clara da formação, conforme legalmente previsto desde 2015, onde as associações do sector já se pronunciaram acerca do projeto de Portaria no presente ano, a pedido do MAI. Mas e a data? Até à data ainda não foi publicada. -----

2. É que a Câmara assuma contribuir financeira ou profissionalmente para a estruturação e funcionamento do serviço de Guardas Noturnos, assegurando que estes se encontrem adequados, adequadamente, uniformizados e fardados. Para justificar a atualidade e urgência, foi introduzido um parágrafo inicial, fazendo referência a um aumento galopante da criminalidade do nosso concelho com base... *(Termino do tempo)*. Eu peço ao Todos Pelo Ameixial um minuto? Obrigado. *(Continuou)* ...Para justificar a atualidade e urgência, foi introduzido um parágrafo fazendo referência ao aumento galopante da criminalidade. Como se sabe, o RASI não apresenta os dados por conselhos, referindo apenas os distritos. Contrariamente ao que é referido no referido no Relatório de 2024, o nosso concelho apresentou uma descida na criminalidade relativamente ao ano anterior. Portanto, esta recomendação do CHEGA é um assunto importante para todos nós, mas as matérias que envolve não devem ser aprovadas de imediato e sem discussão aprofundada e devem ser objeto de análise e desenvolvimento da GNR da Câmara Municipal para que se perceba, relativamente aos Guardas Noturnos, qual é o enquadramento deles com a Polícia Municipal, qual enquadramento deles com a própria actividade da GNR? Qual o balanço que a do tempo em que houve Guardas Noturnos no nosso concelho? Nunca foram muitos, mas penso que terão existido alguns. Penso que estarmos a discutir com base numa missão de atualidade e urgência que tem que ser discutida de imediato e sem estudo prévio. Não concordamos que ela seja admitida como tal. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tenho mais um pedido de inscrição registado. Vou então dar a palavra à senhora Deputada Irina, da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

bancada do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Novamente, boa noite a todos. Relativamente à questão e ao timing da Moção, subscrevemos aquilo que foi dito pelo senhor Deputado Silva Gomes, pelo timing e pela forma como a Moção foi a recorrentemente apresentada. -----

Relativamente e atalhando, já caminho relativamente àquilo que seria o voto da bancada do PSD, tenho a dizer que esta bancada votaria e votará contra a Moção de atualidade e urgência, pelo simples facto de que esta Moção apresenta razões claras de legalidade, rigor institucional e respeito pelo quadro constitucional. -----

Em primeiro lugar, a Moção contém erros jurídicos graves no enquadramento da figura daquele que é o Guarda Noturno. É juridicamente falso afirmar que estes profissionais estão revestidos de poder de autoridade quando não estão. A Lei n.º 105 de 2005 é inequívoca Os Guardas Noturnos não têm poder de autoridade. Não integram forças de segurança, não são órgãos de polícia criminal e não dispõem de poderes coercivos. Traça-se de uma atividade subsidiária e complementar, mas não policial. -----

Em segundo lugar, a Moção revela um desconhecimento preocupante com as competências constitucionais, ao afirmar que a Câmara Municipal é responsável pela segurança local, nos termos da Constituição da República Portuguesa. A segurança interna é uma função essencial do Estado. As autarquias podem cooperar na prevenção, mas não substituem o Estado nem podem assumir responsabilidades que a Constituição não lhes atribui. -----

Em terceiro lugar, as propostas constantes da Moção excedem claramente a legalidade ao defender financiamento municipal direto. Fornecimento de fardamento e sujeição dos Guardas Noturnos à coordenação e supervisão da GNR. Estas soluções não têm base legal. Violam o princípio da legalidade administrativa e criam relações de dependência funcional que a lei não prevê. A GNR não exerce supervisão hierárquica sobre Guardas Noturnas, existindo apenas deveres de articulação institucional. Acresce que a Moção utiliza dados estatísticos sobre criminalidade sem rigor técnico exigível, sem identificação clara do ano do RASI ou do respetivo enquadramento, o que fragiliza se toda a sua fundamentação. O PSD entende que a segurança pública é um assunto demasiado sério para ser tratado com imprecisão... *(Aviso sonoro de aproximação do termino do tempo)*. Terminou já. *(Continuou)*... com a imprecisão jurídica, simplificação política ou propostas materialmente ilegais. Nesse sentido, e pelas razões por respeito, pela legalidade, pela Constituição e pelo papel das instituições democráticas, o Grupo Municipal do PSD Loulé, votará contra a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

presente Moção. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Volto à questão que foi colocada pela Mesa, que é colocar ao plenário a admissão da proposta. Tenho um pedido de inscrição da senhora Deputada do CHEGA. Tem a palavra Deputada Sandra Ribeiro. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Ponto de ordem à Mesa, Senhor Presidente. Eu gostaria de perguntar à senhora Deputada do PSD, se tem conhecimento do projeto de Portaria enviado pelo MAI à Associação de Guardas Noturnos em 28 de julho de 2025? -----

O **Presidente da AML** disse: Senhora Deputada. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Sim, e onde é que se enquadra na minha análise? Mas por favor, esclareçam. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Pois muito bem, se tivesse lido com atenção a nossa Moção, percebia que o objetivo aqui é recomendar ao Ministério da Administração Interna, que acelere o despacho desta Portaria. Houve um pedido por parte do MAI, a Associação de Profissionais dos Guardas Noturnos para que, em conjunto, elaborassem uma Portaria para regulamentar a atividade, o que não acontece desde 2015. Portanto, o MAI solicitou em 28/07/2025 e a associação respondeu a 29/08/2025. Isto é uma situação urgente porque as forças de segurança não têm efetivos para fazer face à segurança nas várias zonas do país. E nós no Algarve, estamos a viver um drama. Eu trouxe, senhor Presidente e se me permite, só a título de exemplo, eu fiz um levantamento este nos últimos meses só no concelho de Loulé. Não estou a falar do Algarve, estou a falar no concelho de Loulé em que temos, por exemplo, Não interessa a ordem cronológica, mas é nos últimos meses, 30 de novembro de 2025 tentativa de homicídio com arma de fogo em Loulé. -----
-----No fim de outubro de 2025, assassinato com faca em Quarteira. -----
-----Em março de 2025, tráfico de droga, tensões em Quarteira. -----
-----Em agosto de 2025, apreensões durante fiscalizações em locais noturnos. ---
-----Em junho de 2025, roubo, drogas e armas, prisão de jovens. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Em abril de 2025, roubos em lojas e detenção de suspeitos. -----

Em março de 2025, homem detido com arsenal em Salir, veja-se um arsenal em Salir.

Em outubro de 2025, prisão internacional em Boliqueime. -----

Em outubro de 2025, detidos dois estrangeiros com mandato europeu por tráfico de pessoas. -----

Em dezembro de 2025, agora extraditado para o Brasil abusador sexual de crianças, detido no Algarve. -----

Em agosto de 2025, Loulé prisão preventiva por furto qualificado. -----

Agora, recentemente, também em agosto, duas mulheres e 19 homens foram detidos na passada sexta feira, 15 de agosto, numa operação de combate à criminalidade em vários pontos do concelho de Loulé. -----

Em outubro de 2025, homem morre esfaqueado após discussão numa rua em Quarteira, isto foi em frente, o meu filho, assistiu a isto. -----

Agora há duas semanas, dois jovens baleados em rixa numa zona de bares em Vilamoura. E agora, contrariando aquilo que foi dito aqui pelo Diretor da Polícia Judiciária, brasileiro detido no Algarve, arrisca a pena de 25 anos de prisão porque a Judiciária diz que não diz a nacionalidade dos criminosos, mas quando interessa diz ou não diz quando não interessa. -----

Portanto, é assim, meus senhores, se acham que não é importante termos um reforço de segurança num concelho onde não há PSP, onde não há Polícia Municipal, em que os Guardas Noturnos estão à espera de uma Portaria para que os municípios possam avançar com os concursos para que estas pessoas possam dar um reforço à nossa comunidade. Se os senhores acham que está tudo bem é porque ainda não vos bateu à porta. Estes senhores que estão aqui e os colegas que estão aqui, que me acompanharam a Lamego ou ao congresso da ANAM, assistiram à minha conversa com o Chefe de Segurança da Securitas em Vilamoura. Porque numa semana, na minha rua, onde há 7 casas, tivemos três tentativas de assalto e uma foi concretizada às 04h00. Um casal, com dois filhos entraram-lhes em casa. Portanto, é assim, se para vocês, Deputados municipais, acham que está tudo bem em Loulé, continuem assim, porque quem nos está a ouvir lá em casa fica muito satisfeito com aquilo que estão a ver. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Há alguma inscrição ainda, senhora Deputada Irina do PSD, tem a palavra. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Mas já não temos tempo.



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Não temos tempo. O IL dá um minuto, dá um minuto? ... (*Continuou*)... Eu quero, antes de tudo, fazer um pedido, que é distribuir uma cópia do voto para todas as... -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Vou passar a palavra agora, tem a palavra, senhora Deputada. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** continuou e disse: Peço imensa desculpa. Distribuir uma cópia eventualmente, porque acho que a senhora Deputada interpretou mal as palavras. Nunca esta bancada disse que era contra a questão da segurança e não é esse o intuito. Aquilo que a Moção apresenta, são meramente problemas de legalidade. Não se vai resolver todas as questões que a senhora Deputada aqui frisou com a questão dos Guardas Noturnos. Os Guardas Noturnos não têm poder coercivo. Os Guardas Noturnos não podem carregar armas. Usar os Guardas Noturnos são aquilo que nós, pessoas simples, somos meros ativadores sociais os Guardas Noturnos. Inclusive esta autarquia já teve em vigor a situação dos Guardas Noturnos e apenas tivemos dois pedidos de inscrição quero eu querer, mas quem esteve nesta assembleia melhor me corrigirá. Nós precisamos é de um reforço policial da GNR e de outros OPC's neste concelho, não de Guardas Noturnos, mas não é uma questão de reforço policial que não temos problemas com isso. É uma questão de legalidade na forma descrita. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigada senhora Deputada. Então dou a palavra à senhora Deputada Sandra Ribeiro, da bancada do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, eu posso fazer chegar à Mesa o projeto de Portaria que está a aguardar para sair cá para fora e é urgente que ele saia. E o objetivo desta Moção era fazer uma pressão sobre o mistério Administração Interna para que Portaria saia. É este o objetivo da Moção. -----

Depois temos outro problema, senhora deputada, até 2030, 25% dos efetivos que nós temos no distrito de Faro vão entrar na reforma. Se não há neste momento pessoas para ingressar nas forças de segurança, imagine num curto espaço de tempo. Já para não falar nos que estão destacados para os aeroportos. Nós estamos com um problema gravíssimo de segurança. Tudo aquilo que vier não é demais. E a população de Loulé está a sentir este problema todos os dias à porta de casa. Os Guardas Noturnos eu peço, por favor, porque falou. É de situações que revelam um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

desconhecimento da Portaria. Leia a Portaria. Veja em que é que se enquadra a atividade de guarda noturno. E com certeza que em Lagos temos Guardas Noturnos em Portimão, temos Guardas Noturnos em Quarteira, já tivemos Guardas Noturnos. É uma forma de dar emprego a quem está disposto a andar de noite nas nossas ruas, a tomar conta das residências e dos estabelecimentos comerciais. Portanto, eu não consigo perceber porque é que vocês estão contra a nossa Moção. Muito obrigado. -

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Queria fazer um ponto de ordem à Mesa. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Deputada. Um ponto da ordem pedido pelo senhor Deputado. Tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Não preciso de tempo, o que eu queria alertar é assim aquilo que nós começámos a discutir foi a admissibilidade ou não da proposta como de atualidade e urgência. Nós já estamos a discutir a proposta sem ela ser admitida. Portanto, eu penso que devia passar à votação da admissão ou não desta Moção de Atualidade e Urgência como ela foi apresentada, porque sobre o conteúdo é assim, é como na saúde, estamos todos de acordo que a saúde é fundamental é como a segurança aqui estamos, penso estamos todos do mesmo lado. Aquilo que aqui nos está a dividir é o procedimento para uma coisa que está à espera há tanto tempo. Eu acho que nós merecíamos todos e os nossos munícipes mereciam que nós aprofundássemos, pelo menos com algum tempo, esta matéria. Porque lá está, como disse a senhora Deputada e subscrevemos grande parte dos problemas que hoje não se resolvem com Guardas Noturnos, há problemas mais estruturantes. Não quer dizer que os Guardas Noturnos não façam parte dessa solução. Mas o fulcro principal não são os Guardas Noturnos, é a falta de efetivos. E depois há aqui outra coisa que é, muitas vezes são apresentados resultados de criminalidade. Eu já me estou a estudar, já estou a sair do conteúdo do peço desculpa e muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Ribeiro. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Eu não concordo de todo, com aquilo que o que o Deputado Carlos Silva Gomes disse, porque, para já, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

senhor Deputado e começou praticamente a apresentar a nossa Moção, ou seja, a justificar a não apreciação começou por apresentá-la e daí deu origem a esta discussão. -----

Agora, sinceramente, não conseguem perceber o que é que está aqui em causa. É óbvio que precisamos de efetivos das forças de segurança, nomeadamente GNR, porque temos mais lado, não temos PSP, não temos polícia municipal, que está para sair há um ano e meio. Agora a pergunta que eu faço é qual é o problema dos Guardas Noturnos? É um encargo para a Câmara, para o Executivo. Loulé não tem dinheiro para pagar aos Guardas Noturnos. Não consigo perceber. Sinceramente, senhor deputado, desculpe. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputada. Eu penso que a Mesa foi suficientemente tolerante para todos apresentarem os seus pontos de vista e chegarmos a um momento, agora sim, de votar a admissibilidade da Moção, sendo que ela foi amplamente aqui discutida por todos. Iríamos então votar a admissibilidade da proposta. Então iria colocar a questão quem vota contra a admissão da proposta? Já podem proceder ao voto. Senhor Deputado Francisco André pedia o favor de acionar o botão. -----

Passou-se à votação: -----

- Moção de Atualidade e Urgência - Pela segurança em Loulé são necessários Guardas Noturnos, do GM do CHEGA; -----

Foi **rejeitada**, a admissibilidade da **Moção**, com 29 votos contra (13 PSD, 13 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA), 3 abstenções (2 PSD, 1 PS) e 6 votos a favor (CHEGA). -----

O **Presidente da AML** disse: Iríamos passar agora para o momento seguinte, que tem a ver com o facto de a Mesa ter recebido um Voto de Congratulação da bancada do Partido Socialista, este Voto de Congratulação subscrito pelas bancadas do PSD, da Iniciativa Liberal e do CDS-PP é um Voto de Congratulação pela atribuição do prémio e também Todos Pelo Ameixial, tinha aqui mais abaixo. É um Voto de Congratulação pela atribuição do Prémio Pessoa à escritora louletana Lúcia Jorge, então, para o efeito da sua apresentação, ia passar a palavra à bancada do Partido Socialista, ao senhor Deputado Carlos Silva Gomes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- Voto de Congratulação - Pela atribuição do Prémio Pessoa à escritora louletana Lúcia Jorge, do GM do PS; -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: A bancada não tem tempo, senhor Presidente. A Iniciativa Liberal concede 5 minutos e o PS que dê a palavra ao senhor Deputado Nelson Brazão, do Partido Socialista. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Deputado Nelson Brazão? Tem. Dou-lhe a palavra então para a apresentação do Voto de Congratulação. -----

O Deputado **Nelson Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime)** tomou a palavra e disse: Ora boa noite a todos e por motivo de tempo fico mesmo por aqui. Vou ler rapidamente o Voto de Congratulação; -----

“Lúcia Guerreiro Jorge, nasceu na freguesia Vila de Boliqueime, em 18 de junho de 1946, no sítio do Cerro de Alcária. -----

Filha de pessoas da terra, agricultores profundos, conhecedores da terra, usos e costumes. Lúcia Jorge nunca renegou e, pelo contrário, sempre falou das suas origens humildes com a maior das alegrias. Frequentou a Escola primária da Cabeça de Águia e posteriormente a Escola Primária de Boliqueime, onde hoje em dia já não leciona nestes edifícios, mas ficaram as memórias. Tendo-se formado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi professora do Ensino Secundário, lecionou como professora convidada na Universidade de Lisboa, onde se formou. -----

Foi nomeada em 2021 pelo Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, como Conselheiro de Estado... *(Aviso sonoro de aproximação do termino do tempo)*

A escritora Lúcia Jorge tem o seu grande amor na escrita, variadíssimas obras têm sido publicadas: O Dia dos Prodígios, O Cais das Merendas, Notícia da Cidade Silvestre, A Costa dos Murmúrios, Misericórdia, entre muitas outras obras reconhecidas pelo público em geral. Escreve preferencialmente em romance, mas também já se aventurou na poesia, contos, crónicas, literatura infantil e também uma peça de teatro que foi levada a cena no Teatro Nacional Dona Maria II. -----

Uma Senhora de Boliqueime que dispensa apresentações, a sua vida fala por si e todos os reconhecimentos dos mais variadíssimos quadrantes a enaltecem e nela as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

suas origens, leva Loulé, Algarve e Portugal por todo o Mundo, como podemos ver nestas distinções: e Prémio Jean Monnet de Literatura Europeia (2000); -----
. Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (2002 e 2022), Prémio Albatros da Fundação Gunter Grass (2006), Prémio Luso-Espanhol de Arte e Cultura (2014), Prémio Urbano Tavares Rodrigues (2015), Prémio FIL de Literatura em Línguas Românicas de Guadalajara (2020), Prémio Eduardo Lourenço - Centro de Estudos Ibéricos (2023). -----

O auge foi o merecidíssimo galardão com a digníssima distinção do Prémio Pessoa 2025, atribuído pelo Jornal Expresso. Prémio atribuído a pessoas de Nacionalidade Portuguesa, com periodicidade anual, que se tenham distinguido pela vida literária, artística e científica. -----

É um orgulho para todos os louletanos a distinção de uma das nossas, e por esta razão o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé convida todos os Grupos Municipais desta Assembleia a subscrever o presente Voto de Congratulação, a aprová-lo e saudá-lo com uma salva de palmas pela magnífica distinção recebida, reiterando a nossa admiração, o agradecimento profundo por tudo o que nos tem presenteado. -----

O reconhecimento do nosso trabalho pelos nossos, certamente será o maior de todos os prémios. -----

Parabéns, estimada conterrânea Lúcia Jorge." -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado pela apresentação. A Mesa foi tolerante. Estamos em espírito de Natal. E então e a razão também assim o exigia. Não sei se a pedidos de intervenção para este voto? Então iremos passar à votação. -----

Passou-se à votação: -----

Foi **aprovado por maioria**, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 votos contra (CHEGA). -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, interveio e disse: Podemos fazer chegar uma Declaração de Voto escrito à Mesa. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Deputada. Como o Voto de Congratulação, foi aprovado e pedia um aplauso. Peço aos deputados que votaram a favor, um aplauso. -----

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

(Salva de palmas). -----

O **Presidente da AML** disse continuou: Então vamos passar então a outro momento. Portanto, foi rececionada e ficou da última Assembleia para ser apresentada hoje a Moção apresentada pelo Grupo do Partido CHEGA “Pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975” do Grupo do Partido CHEGA. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

- **Moção - “Pelos 50 anos do 25 de Novembro de 1975” do GM do CHEGA;** -----

O **Presidente da AML** disse: a Mesa iria, para o efeito da apresentação desta Moção, dar a palavra ao Grupo do Partido CHEGA! Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Ribeiro. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Presidente, é um Ponto de Ordem à Mesa. Por favor, queria que tivesse atenção ao tempo. -----
Atendendo à deliberação da última Assembleia Municipal em não aceitarem a admissibilidade da nossa Moção por não a considerarem atual e urgente e com justificativo que foi dado esta bancada, decidiu retirar a Moção. Nós não vamos apresentar a Moção porque nós não concordamos com a decisão da Mesa e para nós é uma questão óbvia, perdeu a atualidade da Moção. Muito obrigado. -----

Foi retirada a Moção. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhora Deputada. Se não existem mais pedidos. Tem a palavra senhora Deputada Sandra Ribeiro, do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Esqueci-me de dizer uma coisa, senhor Presidente. Eu queria também referir que, atendendo que a Moção foi aprovada na Câmara Municipal, portanto, acabamos também por ter já o nosso objetivo concluído. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigada, senhora Deputada. Portanto, há um pedido de inscrição antes do Período da Ordem do Dia. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Queria fazer um



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Ponto de Ordem à Mesa e pedir um esclarecimento. Ouvi dizer que a Moção tinha sido aprovada em sessão de câmara. Eu gostava que isso fosse confirmado, porque eu... (Inaudível 1:39:12 a 1:39:19). Não é? Aliás, nem aparece. Mas pronto. Ok. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Eu pedia então que a senhora Deputada Liliana Bom da bancada do CDS-PP. tem a palavra. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Cumprimento na sua pessoa todos os membros desta Assembleia, o público aqui presente e quem nos assiste lá em casa. -----
Esta bancada traz uma situação relativamente à preocupação dos fregueses de Almancil em particular do Cerro do Galo, relativamente às obras que estão a ser executadas e que se iniciaram há cerca de 2 anos. Obras essas que já deveriam ter sido iniciadas no primeiro mandato do anterior executivo da Junta de Freguesia. No entanto, aquilo que se parecia ser uma solução tornou-se num verdadeiro pesadelo para as pessoas que ali residem. E há cerca de 6 meses que a obra se encontra parada. O que nós vemos no terreno são tubos de abastecimento expostos a pó quando não chove lama quando chove, os muros, as casas, a rua para a vida das pessoas está completamente alterada. O que nós pretendíamos é que as pessoas tivessem respostas porque vivem diariamente com constrangimentos graves, inclusive e com danos nas viaturas e no acesso às casas. Isto tudo afeta a saúde e o bem-estar das mesmas e a sua dignidade. Portanto, o que pretendíamos era perceber o que é que se passa com a obra e de que forma é que poderíamos ajudar as pessoas a resolver esta situação. -----

O segundo assunto que me traz aqui também hoje, tem a ver com as piscinas de Quarteira. As aulas de hidroginástica foram pagas em agosto com a promessa de que iniciavam em Setembro e estamos a falar num grupo de seniores. São cerca de 30 pessoas que aguardam por uma resposta. Não tem data para o início destas aulas e, portanto, aguardávamos também que nos dessem uma explicação relativamente a isto, sendo que inclusive e desde 2020 que o jacuzzi se encontra interdito. Parece que até está tamponado. -----

A outra situação que também queríamos ver aqui esclarecida, era o ponto de situação relativamente às casas de serviço, que houve uma possibilidade dessas casas de serviços serem utilizadas na recuperação das antigas casas destinadas aos magistrados, com a solução habitacional para os trabalhadores essenciais deslocados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

na nossa região. Sabemos perfeitamente que é extremamente difícil arranjar professores, médicos, enfermeiros para a região. Estas casas são de extrema importância e estas que estão ganhou para nós uma particular urgência face a uma situação que eu não sei se tem conhecimento de um professor que dormia no carro e que infelizmente teve de ser internado porque sofreu um “burnout”, porque as condições de vida. O senhor estava deslocado 800 km de casa e desde o início escolar que vive na viatura e que culminou num estado de fragilidade mental que levou a que neste momento esteja a ser acompanhado. Eu penso que a questão da habitação também está a ser tratada. Gostava que me esclarecessem também relativamente a isso se é verdade ou não? E se não fosse para que se pudesse fazer alguma coisa? Mas isto é um exemplo daquilo que é necessário para nós. Não é um caso isolado, mas é um sinal de alerta e gostávamos que esta situação também fosse verificada. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Para que exista maior clareza e eficácia aqui na nos esclarecimentos, eu iria endereçar para o Executivo a resposta a estas questões e então dou a palavra ao senhor Presidente. Então tem a palavra o senhor Vereador Paulo Trindade. -----

O Vereador **Paulo Trindade** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Boa noite senhor Presidente da Assembleia. Boa noite Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e público em geral. -----

Pronto, em relação a esta situação do Cerro do Galo, ainda hoje tivemos uma reunião com uma das pessoas que está diretamente ligada a isto e o que ficou combinado foi na segunda-feira às 18h00 e eu reunir me com todos e explicar o que se passa. -----
Entre muitas outras situações que aconteceram, esta obra encontra se efetivamente atrasada por várias situações. Uma delas é que não é só obra da Câmara Municipal, que está a ser efetuada assim como uma obra também de E-Redes em simultâneo. Pronto, aquilo havia um leito rochoso que fez com que as valas, digamos, a abertura das valas para fazer as infraestruturas, demorassem muito mais tempo do que aquilo que estava à espera. -----

Em relação à outra situação que aconteceu foi que existia no projeto umas pontes onde iriam passar essas infraestruturas. E essas pontes estão sobrecarregadas com infraestruturas em que não dá a oportunidade de passar aquelas que nós precisamos. Ainda por cima, e está enquadrado dentro da IP e da RAL que é necessário fazer um parecer para quê? Porque a única forma da gente conseguir ultrapassar este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

problema é fazer uma perfuração lateral e passar lateralmente as infraestruturas para podermos ultrapassar este problema. Depois, entretanto, também já confirmei com os serviços que a pavimentação desta estrada irá começar a partir de 5 de janeiro e que em princípio iria resolver o problema, porque nós vamos ter algumas situações em que vamos conseguir encaminhar as águas pluviais para a linha de água existente. Pronto, isto é tudo o que me consta. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Dou a palavra ao senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Falando sobre a dificuldade das aulas das piscinas, tem a ver com a contratação dos professores de natação. Foi aquilo que fiquei a saber. Há alguns constrangimentos. Nós aqui no Algarve saímos sempre prejudicados com este código da contratação pública e até tem ficado em branco alguns dos contratos, mas neste momento já estamos quase. Posso aqui garantir que no princípio do mês de janeiro já vamos ter aulas. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente, David Pimentel. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes e quem nos segue a partir das redes digitais por economia de tempo. A senhora Deputada Liliana Bom, em relação às casas de serviço casas de função, muito recentemente tivemos uma habitação que foi destinada para as forças de segurança da GNR, designadamente. Ainda na semana passada tivemos com o senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação para desbloquear a questão das casas de magistrados. Posso-lhe dizer que tem sido enfim, uma intensa troca de impressões com o Ministério e com a IFES, mas parece-me que agora o ministro assumiu o compromisso de rapidamente resolver esta questão. E depois também tivemos recentemente, creio que terminou em junho um concurso para atribuição de 36 habitações públicas, dentro da lógica da renda acessível, em que foi priorizado a questão dos jovens e a questão precisamente do que elencou dos professores, de médicos ou de profissionais da área da saúde e, Designadamente as forças de segurança. Portanto, esse concurso foi lançado. Nós recebemos cerca de 500 inscrições e está a ser tramitando administrativamente neste momento. Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tinha um pedido de inscrição. Vou dar a palavra à Senhora Deputada Mara Francisco, do Partido CHEGA. -----

A Deputada **Mara Francisco (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Cumprimento os presentes e também aqueles que nos acompanham on-line. -----

No dia 8 de agosto, o Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Telmo Pinto, na altura Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, anunciou com grande entusiasmo nas redes sociais o novo Mercado Municipal de Quarteira, apresentando como um investimento estruturante para a economia local, para os pequenos comerciantes e para a identidade da cidade. Perto desse mesmo mercado está já em construção uma grande superfície comercial de insígnia Continente. Na última sessão da Assembleia de Freguesia de Quarteira foi afirmado que por se tratar de território privado, nem a Junta de Freguesia nem o Presidente da Câmara teriam tido qualquer intervenção no processo de autorização. Esta afirmação é juridicamente falsa. O regime jurídico aplicável é claro. O Decreto Lei n.º 10/2015 estabelece que qualquer grande superfície comercial com área de venda igual ou superior a 2000 m² está sujeita a um procedimento de autorização conjunta. Esse procedimento não é automático nem neutro. É um modelo de codecisão. A autorização depende obrigatoriamente de três Entidades, a Direção-Geral das Atividades Económicas, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e o Presidente da Câmara Municipal, onde o estabelecimento se implanta. Isto significa que o Presidente da Câmara de Loulé teve por lei a intervenção direta e necessária neste processo. Não foi um mero espectador. A lei existe precisamente para garantir que grandes superfícies não destruam o comércio local e não transformem os mercados municipais em fachadas vazias. Anunciar com euforia o mercado municipal e ao mesmo tempo autorizar uma grande superfície à sua porta. É incoerente, contraditório e prejudicial para os comerciantes locais de Quarteira. ... *(Aviso sonoro de aproximação do termino do tempo)* ... O CHEGA não aceita esta duplicidade de discursos um para o Facebook, outro para a realidade. Com isto, gostaria de lhe perguntar quando é que esta obra foi aprovada? E o porquê de os munícipes só terem conhecimento desta obra depois das eleições? Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, pelo cumprimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

respeitoso do tempo. Então vou dar a palavra ao senhor Presidente. Tem a palavra o Senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: É importante percebermos uma coisa o licenciamento não é uma questão que fica aqui à decisão do município. O licenciamento é legalmente aprovado ou não pelos municípios. Aquilo que está ali só pode estar legal, isto é, daquilo que eu tenho. É lógico que nós temos que ter uma adaptação. Isto é, o problema de Quarteira é um problema do país e do mundo. Estas grandes superfícies, elas não são controladas pelo licenciamento. A lei controla o tipo de licenciamentos que tem. Basta o terreno ser comercial, cumprir com toda a legislação. Não interessa às entidades a que vá. Não pode ser inviabilizado só porque queremos e porque realmente queremos incentivar a economia local. Portanto, essa é uma coisa que é incontrolável por nós. O que nós podemos controlar é o que queremos. É, se calhar, diversificar a nossa economia, tentar perceber que não conseguimos combater esta nova realidade e que vão acabar por se comer, se calhar uns aos outros com o excesso que têm. E a partir daí nós temos aqui apostas para a economia que sejam valorizadas. Há produtos nestas grandes superfícies que são muito inferiores àquilo que nós apresentamos em termos, até porque temos lá duas, duas superfícies também de supermercados na zona e tudo mais. E é pela qualidade e pela diferenciação do produto que nós temos que ir. Portanto. Mas não fica ao critério de nenhum município deste país dizer que quer uma grande superfície ou não quer uma grande superfície, desde que sejam cumpridos todos os processos de legalidade que não são tão complicados como tudo isso. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Estão ainda abertas as inscrições. Senhora Deputada em a palavra. -----

A Deputada **Mara Francisco (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Não responderam à minha pergunta, peço desculpa. Vou só repetir mesmo a última parte, que é quando é que esta obra foi aprovada e o porquê de os municípios só terem conhecimento desta obra, depois das eleições. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Dou a palavra ao senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: A informação que tenho é que nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

tem que ser aprovada. É uma comunicação prévia, faz parte de um loteamento. Foram solicitados elementos, mas aquilo fica à descrição do requerente iniciar essa obra agora desde que cumpra com aquilo que são os processos legalidade. Ela não há uma previsão, uma licença da Câmara Municipal. -----

Mas eu poderei informar mais todos os procedimentos. O que é que aconteceu até aqui. Está bem? -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa, obviamente está disponível para intermediar qualquer esclarecimento adicional que depois seja necessário. -----

Neste momento, coloco à consideração do plenário se existe mais algum pedido de inscrição. Bom, se não existem mais pedidos. Iremos neste momento passar para o Período de Ordem do Dia ... Peço desculpa porque não percebi. Então tenho uma inscrição do senhor Deputado Vítor Coelho, da bancada do Partido Social Democrata. A quem irá dar? Irei dar a palavra logo que a gestão do tempo me permita. Já está. Então dou a palavra ao senhor Deputado Vítor Coelho. -----

O Deputado Victor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes aqui e lá em casa. Por uma questão de gestão de tempo, vamos tentar ser o máximo sucintos. Portanto, existe aqui uma árvore aqui, bem perto de nós, aqui dentro da do claustro do convento, que necessita de uma vistoria técnica por parte do arborista. Estou a falar de um vulgar não vulgar pinheiro, que é a maior arcaria heterofila existente aqui em Loulé, é uma árvore ornamental de grande porte, com idade estimada, centenária, que assume o elevado valor paisagístico e relevância patrimonial no centro urbano desta nossa cidade. Trata-se de uma espécie de crescimento lento, com estrutura monopodial e baixa tolerância a intervenções inadequadas, sendo particularmente sensível a podas não técnicas ou tardias. Neste momento, observam sinais visíveis de declínio, nomeadamente da presença de ramos secos na copa, indícios de stress fisiológico incompatíveis com envelhecimento natural, compactação do solo e eventual déficit hídrico, bem como ausência de registos recentes de poda sanitária especializada ou de avaliação estrutural. Estes fatores justificam a realização de uma vistoria técnica por um artista qualificado, com vista à avaliação fitossanitária e estrutural do exemplar e à definição de medidas corretivas adequadas, como poda sanitária seletiva ou melhoria das condições do solo. Uma intervenção atempada e técnica fundamentais é essencial para salvaguardar a longevidade da árvore, reduzir riscos para pessoas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

bens e preservar um exemplar de elevado valor histórico e paisagístico para a cidade. Continuando há pouco no período do publico que nós gostamos sempre que o público venha cá e que fale dos seus problemas. Foi falado aqui das questões de insegurança, nomeadamente em Boliqueime, por parte da senhora Sandra Lança. Eu creio que a nossa bancada poderia propor aqui à Câmara Municipal a possibilidade de utilizar os serviços da nossa Proteção Civil para poder efetuar algumas rondas da mesma forma que são feitas por parte desta força na questão dos incêndios. Portanto, só a sensação de segurança que o senhor Presidente Pinto, há pouco falou que era necessário por parte do INEM. Se nós passarmos isto também para este patamar, na questão da segurança das pessoas, creio que poderá ser já um fator que poderá afasta-los. As pessoas que procuram de alguma forma criar problemas à nossa população. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Iria colocar à consideração do Executivo, se quiserem intervir neste assunto? Então dou a palavra ao senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: No fundo, não foram questões, foram propostas que foram feitas. Depois nós vamos olhar para elas e perceber a árvore. Com certeza que vou falar com os espaços verdes e perceber o que é que tem sido feito e se existe alguma referência que possa levar a mais qualquer coisa. E aqui de a Proteção Civil tentar perceber se é possível ou não através destes nossos serviços, fazer essas rondas, que eu também concordo que essa presença na rua leva a alguma sensação de segurança para as pessoas. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Tenho um pedido de inscrição, senhor Deputado João Santos, da bancada do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado **João Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, muito obrigado. Antes de mais, cumprimento todos os presentes na sua pessoa. -----
Senhor Presidente, as questões relacionadas com a falta de iluminação em diversos locais do nosso concelho preocupam os nossos munícipes e, como tal, são manifestamente importantes. Face a esta realidade questiono se estará o Executivo, dentro das suas reais competências e mandato disponível para refletir e desenvolver uma espécie de plano de mitigação para as zonas que carecem de iluminação em articulação com a E-REDES e envolvendo os munícipes por via de inquérito ou outro

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

meio, para que estes possam identificar as zonas mais problemáticas e dotar assim o Executivo de elementos que ajudem a justificar o reforço da iluminação nessas zonas. Também fazer referência à questão da toponímia no site da Câmara Municipal de Loulé. É possível consultar o mapa de Loulé, a lista das ruas de Loulé com coordenadas, no entanto, questiono se está prevista a digitalização e divulgação pública da base toponímica municipal? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Deixo então à consideração do Executivo tomar da palavra para dar resposta a alguma destas questões. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Sobre a iluminação pública, isto é um problema nacional e foi no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Uma das coisas que os autarcas reivindicam é a passagem da gestão em baixa da alimentação pública passar para gestão dos municípios. Isso é um problema, porque já nem é o problema de solicitarmos para novas zonas iluminação é o problema de eles manterem as zonas existentes. Há serviço que se degradaram nestes últimos 10 anos foi o serviço de iluminação pública. Portanto, o nosso projeto neste momento está mais ou menos no sentido daquilo que disse, em que os autarcas possam discutir em baixa a gestão de iluminação pública. Quando eu falo em baixa é dentro dos centros urbanos é quando é entregue na fase final. E isto, tivemos uma reunião há uma semana atrás com os elementos da E-REDES. Eu sinto uma preocupação da parte deles de perderem a estes concursos, tem sido feito por eles. Dão as desculpas de falta de mão de obra, mas a verdade é que eles não respondem e não está a acontecer. E é da opinião de muitos elementos, até da nossa bancada, que o façamos e que possamos lutar por ficar com essa gestão em baixa e aí poder ter essa intervenção, porque nós passámos a ter cabos outra vez aéreos por todo o lado, como remendos, iluminação. Ainda ontem fui a uma zona em Quarteira porque recebi a reclamação e continua sem luz. Portanto desde a E-REDES até ao subconcessionado a todos tem falhado e por acaso é uma das coisas que estamos aqui a tentar ver se melhoramos, não é? -----

Sobre a toponímia, eu não tenho essa informação, sei que está no site, mas posso pedir aos serviços depois para explicar. Se podermos fazê-lo em termos de digitalização, está bem? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente, pelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

esclarecimentos prestados. Tenho um pedido de inscrição, então vou dar a palavra à senhora Deputada Sandra Ribeiro, do partido CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, eu gostaria de lhe fazer uma questão. Eu não sei se isto se confirma ou não, mas tive a informação de que existe segurança privada a fazer segurança aos edifícios da Inframoura, Vilamoura World e Golfes. Queria que me confirmasse se assim é e se assim é, quantos homens temos a fazer segurança e qual é o custo desse serviço? --

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Dou a palavra ao senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu sei que existe há alguns anos que é contratado pela entidade privada de Vilamoura. Não sei o número de elementos que eles têm, nem qual é o valor que eles despendem com essa segurança. Mas sei que existe. Posso tentar saber e depois informar. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhora Deputada, tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Se nos pudesse chegar esta informação, quantas pessoas temos a fazer vigilância? E pagas por quem? E qual o valor? -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Não sei se há mais pedidos de inscrição. Deixo aqui à consideração do plenário. Não observo qualquer pedido e então iríamos neste momento, prosseguir a ordem de trabalhos e vamos passar para o Período da Ordem do Dia. -----

3- Período da Ordem do Dia; -----

O **Presidente da AML** continuou: A Mesa neste momento propõe a introdução por pedido da Câmara Municipal de Loulé. Também propõe a introdução de duas alíneas que não constavam na convocatória originária. Há duas linhas que foram recebidas, entretanto, são ambas para conhecimento e apesar da receção tardia, atendendo a que é apenas para conhecimento e uma vez que estamos também a fechar o ano, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Mesa decidiu a aceitá-las. Já distribuiu pelos senhores Deputados e, portanto, trata-se da alínea **aa) Proposta 2272-2025** da Câmara Municipal. Proposta de adoção de normas provisórias para o Matos da Picota, resumidamente é também a proposta alínea **bb) Proposta 2233-2025**, que é a designação do representante do Município na Assembleia Geral da Escola Profissional de Alte. Eu iria propor aqui a votação. Se alguém se opõe à introdução destas alíneas na ordem de trabalhos, eu ponho aqui à consideração do plenário? Tenho já aqui uma inscrição do Deputado Helder Faísca. Tem a palavra o senhor Deputado. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu gostava de ouvir os motivos justificativos para isto ser urgente e vir agora, porque eu se for à Câmara Municipal entregar um requerimento fora de prazo, ele não é aceite garantidamente. Portanto, gostava de saber porque é que é urgente. Ainda por cima, e para conhecimento, não vamos deliberar nada. Porque é que não podemos conhecer isso na próxima Assembleia? Muito obrigado. -----

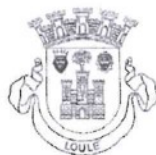
O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhor Deputado, não sei se há mais considerações do plenário. Tem a palavra a senhora Deputada. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos assiste em casa. -----

Em relação à introdução de novas alíneas, nós vamo-nos opor porque é uma questão de princípio. Acho que vocês estão a exagerar com a situação de introdução de novas alíneas e nós não concordamos. Pedimos desculpa, mas não concordamos. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Deputada. A Mesa, tal como expliquei na introdução, tratam-se de duas alíneas que vêm apenas para conhecimento e estando no final do ano, a Mesa aceitou um pouco para não deixar, depois para o ano não se sabe bem para que data, dois assuntos que são para conhecimento da Assembleia. Mas a Mesa põe à votação e ao plenário a introdução dessas alíneas. É uma questão que se pode colocar. Portanto, eu iria então pedir que não sei se o Executivo quer apresentar alguma informação sobre o assunto. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Não. Eu que decidir era uma questão para conhecimento. E como estamos a chegar ao final do ano. Portanto, se não for



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

para vir agora, pode ir depois. -----

O **Presidente da AML** disse: Não sei se o senhor Presidente. Então eu iria colocar à votação a introdução destas alíneas. Perguntava novamente O senhor quer, senhor Deputado? Quer intervir? -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Se o senhor Presidente diz que não é urgente, então eu sugeria que ficasse para uma altura posterior e não precisávamos estar a fazer mais uma votação. É só para conhecimento. No fundo, os deputados têm conhecimento porque as matérias foram já difundidas. Portanto, todos nós as lemos. Formalmente, o conhecimento será dado mais tarde, mas agora evitávamos estar a fazer uma votação. Essa é a minha sugestão. -----

O **Presidente da AML** disse: Sim senhor. Se o Executivo não vê inconveniente, retiramos. Então não introduzimos estas duas alíneas e ficará para 2026 a sua tomada de conhecimento. Então não há mais pedidos? -----

Então iríamos prosseguir com um pedido de retificação que veio relativamente à proposta. Consta na ordem de trabalhos na alínea y) e que por lapso foi enviada para conhecimento, mas que é para deliberação, isto é, a Proposta da Câmara Municipal 2094-2025, que é a operacionalização do Fundo de Compensação da Unidade de Execução delimitada no Plano de Urbanização de Quarteira Norte Nordeste, Regulamento do Fundo de Compensação e da respetiva Comissão de Gestão. Portanto, o assunto tinha vindo para conhecimento, mas já tinha um pedido de retificação para a deliberação. Portanto, o que colocava também à vossa consideração esta retificação da ordem de trabalhos. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, tomou a palavra e disse: Eu peço desculpa, mas a bancada do CHEGA vai novamente votar contra esta situação porque por lapso ou não acontece, tudo bem, mas foi mandada para conhecimento, e agora para deliberação. Nós não, não analisámos, não tivemos tempo, por isso não vamos votar a favor da integração dessa alínea. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Mais algum Deputado quer intervir? Senhor Deputado Silva Gomes, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)**, tomou a palavra e disse: Eu, uma vez que a matéria foi distribuída atempadamente e que a única questão é porque para conhecimento ou para deliberação, é obrigação dos Deputados lerem. Uma vez que ela foi apresentada atempadamente e se trata apenas de um erro que é que é facilmente sofrível, eu acho que ela devia ser aceite, aliás, pela. Pelo assunto a que se refere. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Senhor Deputado. Dou a palavra ao senhor Vice-Presidente, que pediu a palavra -----

O **Vice-Presidente David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito sinteticamente, a proposta na sua descrição. Depois do de clicarem e entrarem onde estão os documentos, diz aprovar a proposta de regulamento de funcionamento do PUQN e é aproveitar e aprovar a sua sujeição a processo de consulta pública. Portanto, é um regulamento que foi a reunião de Câmara, uma proposta que vem para a Assembleia Municipal se pronunciar sobre sujeitá-la ao processo normal, que é a seguinte, que é a consulta pública para obtermos contributos para otimizar esse regulamento. Portanto, efetivamente, na designação sintética da proposta, faltava colocar aprovar a sua sujeição, mas na descrição imediatamente abaixo, na própria plataforma e tendo os documentos todos, está mencionado precisamente isto, que é aprovar a sua sujeição ao processo de consulta pública. Portanto, é uma deliberação que está nas mãos da Assembleia. Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Silva Gomes, do PS. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: É, no fundo, essa questão que não se trata de estarmos a aprovar matérias em si. Portanto, que até exijam estudo e aprofundamento. Trata-se apenas de aprovar que isto vá para discussão pública. Ou seja, não o fazer, implica estarmos a atrasar o processo desnecessariamente, na opinião da bancada do PS. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Mais algum Deputado quer usar da palavra relativamente a este assunto? Portanto, uma vez que se trata de matéria considerada relevante, eu iria propor passarmos à votação para deliberar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

sobre esta correção. Senhor Presidente, quer usar da palavra a palavra? Tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu vou pedir para me ausentar, porque eu vivo neste zona do plano. -----

O **Presidente da AML** disse: Iríamos passar então à votação da alteração da designação conhecimento para deliberação, que por lapso foi enviada para conhecimento, mas que é para deliberação; -----

Passou-se à votação: -----

Alteração da designação conhecimento para deliberação da alínea y); -----

y) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2094-2025 [DP] - Operacionalização do Fundo de Compensação da Unidade de Execução, delimitada no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste - Regulamento do Fundo de Compensação e da respetiva Comissão de Gestão; para deliberação; -----

Foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 votos contra (CHEGA). -----

O **Presidente da AML** continuou: Estamos no Período da Ordem do Dia e como sabem e constituem matérias obrigatória. O senhor Presidente pode entrar. Bom, como sabem, constituem matérias obrigatórias a constar na ordem do dia, nesta Assembleia Ordinária, a Apreciação do Relatório escrito da Atividade Municipal e da situação financeira do Município. E, portanto, eu iria passar a palavra ao Senhor Presidente. -----

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Isto é um Relatório que nós apanhámos aqui no final. Eu estarei disponível para as questões que conseguir responder. Mas deixando aqui um aparte que é, este é o último Relatório que vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

apresentado assim. O que nós queremos é que no novo ano apresentemos um Relatório com um layout como deve ser, com uma apresentação como deve ser e de fácil apreciação e de leitura para todos. Portanto, dizer não será um pedido desculpa, mas dizer que isso aproxima o próximo Relatório e já haverá noutras condições para ser apresentado a todos. E estarei aqui disponível para as questões que me tiverem para fazer. -----

O **Presidente da AML** disse: Portanto, iremos prosseguir então a nossa ordem de trabalhos, há aqui pedidos de intervenção? Vou dar a palavra ao senhor Deputado Helder Faísca, do grupo do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Bom, relativamente a este Relatório, e mesmo tendo em atenção que ele tem origem no Executivo anterior, aquilo que vamos aqui falar será para, digamos, tentarmos que o próximo venha melhor. -----

Portanto, este Relatório, de facto, cumpre, do ponto de vista formal, as exigências legais previstas no regime jurídico das autarquias locais. É um documento extenso, tecnicamente bem estruturado, demonstrativo de uma actividade administrativa intensa. Mas a oposição não está aqui para avaliar o esforço administrativo. Está aqui para avaliar resultados, prioridades e responsabilidade política. Este Relatório é essencialmente o inventário de ações, projetos, procedimentos, o que não nos apresenta de forma clara é uma avaliação do impacto real dessas ações. Uma distinção entre o que foi planeado e o que foi efetivamente concretizado. Uma análise crítica dos constrangimentos e falhas. Em política, fazer não é o mesmo que resolver. Este Relatório não demonstra de forma inequívoca os principais problemas estruturais do concelho estejam a ser resolvidos. O Relatório está organizado por serviços e departamentos, mas não está organizado por prioridades políticas. Enquanto oposição, perguntamos legitimamente quais foram as escolhas do Executivo? Onde se concentrou o investimento estratégico? O que foi adiado ou abandonado? E porquê? Sem esta leitura, este Relatório torna-se um documento administrativo, quando devia ser um instrumento de prestação de contas políticas. -----

Quanto à informação financeira, de facto, a consideramos, tem algum rigor técnico? Está bem-apresentada, mas o Executivo evita responder a questões essenciais. Esta situação financeira é sustentável a médio prazo? Existe margem real para novos investimentos estruturantes? Que riscos o município enfrenta nos próximos anos? A oposição não pode aceitar que a Assembleia Municipal seja confrontada com números



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

sem interpretação, interpretação política desses números. É inegável o esforço municipal nas áreas da habitação, da Ação social e do apoio aos mais vulneráveis. No entanto, o número de pessoas sem abrigo continua elevado. O acesso a habitação continua a ser um dos maiores problemas do concelho e as respostas são, em grande medida, reativas e dependentes de financiamento externo. Perguntamos qual é a estratégia estrutural do Executivo para reduzir estes números e não apenas geri los? O Relatório evidencia uma forte aposta discursiva na ação climática e ambiental, mas a grande parte dos projetos apresentados depende de candidaturas externas. Encontra se em fase de estudo ou preparação. Não apresenta indicadores claros de impacto. A oposição exige saber o que acontece se estes financiamentos não se concretizarem? Qual é o compromisso financeiro próprio do município nesta área? Este Relatório demonstra que o município trabalha, mas não demonstra que governa estrategicamente. A oposição exige menos enumeração e mais avaliação, menos propaganda administrativa e mais responsabilidade política, menos discurso e mais resultados mensuráveis. A Assembleia Municipal não se pode limitar a apreciar Relatórios extensos, tem o dever democrático de exigir clareza, escolhas e resultados. Senhor Presidente, governa-se com escolhas e quem governa tem o dever de explicar não apenas o que fez, mas o que pediu. Não fazer e porquê. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Dou a palavra agora ao senhor Deputado Manuel Coelho, do partido CHEGA. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e também aqueles que assistem lá em casa através das plataformas digitais. -----

Em suma, o Relatório, portanto, confesso que tecnicamente está dentro daquilo que deve constar num Relatório. Concordar ou não com o que está lá, portanto, já é diferente. Também, tecnicamente, não tenho conhecimentos que me permitam, portanto, fazer aqui uma crítica fundamentada sobre algumas coisas que possam estar mal. No entanto, ressalvo aqui e penso que dá para incluir neste ponto, já que os tempos esgotaram. Hoje até como foi de Natal, até deram mais um bocadinho de tempo e ainda bem. Também compreendo isso e ainda bem que é assim, porque realmente a Assembleia para discutir aquilo que é interessa trazer-nos cá para defender as nossas populações. -----

Quero aqui falar sobre o que consta no Relatório apresentado. -----
Em relação ao Heliporto Municipal de Loulé, na gestão da utilização do mesmo.

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Portanto, quero deixar aqui, se possível, ao Executivo, ao senhor Presidente e ao Executivo, ou à pessoa que for mais, portanto, tecnicamente qualificada para responder a estas questões sobre o seguinte. Como sabe, houve a notícias divulgadas pela comunicação social que deram conta de que o helicóptero de emergência médica sedado em Loulé esteve inoperacional durante vários dias devido à avaria técnica. A situação apenas se tornou pública após ampla cobertura mediática. Vem o Grupo Municipal do CHEGA, solicitar ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé os seguintes esclarecimentos: -----

1. Desde que data é que o helicóptero se encontrava inoperacional e quando teve o município o conhecimento dessa situação? -----
2. Quem informou o Executivo municipal da inoperacionalidade do helicóptero foi o INEM? Se foi o operador, se foi a Proteção Civil ou outra entidade? -----
3. Se a Câmara Municipal foi previamente informada antes da situação se tornar pública e em caso informativo, porque motivo é que esta informação não foi comunicada à população? -----
4. Que impacto teve esta inoperacionalidade na resposta de emergência médica no concelho de Loulé e na região do Algarve? E que meios alternativos foram acionados? -----
5. Que diligências foram ou estão a ser tomadas pelo Município junto das entidades competentes para garantir que situações semelhantes não se repitam? Tratando-se de um meio crítico para a proteção da vida humana, considerando a relevância deste meio aéreo para a segurança e saúde das populações, entende-se essencial garantir transparência, informação atempada e responsabilidades claramente assumidas. Deveria terminar, vou fazer só aqui um rodapé, que é para informar também que durante este período, que foi todo o mês de novembro, não estou a culpar ninguém, portanto só estou a pedir esclarecimentos. Houve dois bebés que precisaram de auxílio, deveria ser feito através de helicóptero, não foram? Nomeadamente o último bebé em estado grave, em Portimão. Peço apenas ao Executivo que realmente possa responder a isto e colmatar esta situação num futuro. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Passo a palavra então ao Executivo, ao Senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Permita-me que depois possa endereçar as respostas todas que estão aqui. Não tenho essas respostas comigo agora e tomo em consideração aquilo que foi dito pelo Deputado Hélder, naquilo que vai ser a nossa proposta para o plano de atividades, o próximo que apresentaremos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

E neste momento encaminhava também porque algumas das perguntas serão respondidas através da apresentação do Orçamento que nós trazemos aqui hoje. Quais são as nossas prioridades e quais são os nossos objetivos e aquilo que temos em mente que vamos fazer. Portanto, fazia isso. -----

a) - A Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; foi apreciada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre este assunto, há mais algum pedido de intervenção? Então iremos passar para as alíneas seguintes. -----

O **Presidente da AML** disse: A Mesa informa que recebeu indicação do Executivo para agrupar a apresentação de diversas alíneas e de forma conjunta. Obviamente que a votação será separada e a proposta tem cinco grupos de alíneas. O primeiro grupo incorpora as alíneas b), c) e e). O segundo grupo as alíneas f) e g). O terceiro grupo das alíneas h) até à r). Não se preocupem que eu depois vou repetir isto várias vezes. Portanto, se não decorarem o quarto grupo da alínea s) até a alínea v) e o quinto grupo da alínea w), à alínea z), portanto, fica uma alínea só que a alínea d). --- Coloco agora ao plenário a deliberação desta proposta do agrupamento de apresentações. Aliás, como tem sido feito em anos anteriores, o que facilita a apresentação, embora a votação depois seja em separado. -----

Passou-se à votação: -----

Foi aprovado por unanimidade. -----

Passou-se aos pontos seguintes: -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2070-2025 [DAF] - Proposta de Fiscalidade Municipal para 2026 - a fixação da taxa de IMI, incluindo a redução da taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes; a fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC; para deliberação; -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

c) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 2141-2025 [DAF] - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2026**, de acordo com o disposto no artigo 25º, nº 1, al. a) e artigo 33º, nº 1, al. c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A lista de documentos que integram o Orçamento e Grandes Opções do Plano são os seguintes: Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano; Resumo das receitas e despesas; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Receitas e Despesas, desagregado por classificação económica; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipais; Mapa de Pessoal; Mapa de Transferências para as Freguesias; Mapa de Encargos com os Empréstimos; Normas sobre a Execução Orçamental; Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa das Participações da Entidade; Orçamentos das Empresas Locais; **para deliberação**; ----

e) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 2140-2025 [DAF] - Aprovação dos Compromissos Plurianuais - ano 2026**, nos termos do estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; **para deliberação**; ----

O **Presidente da AML** disse: Iria de imediato dar a palavra ao senhor Presidente para fazer esta apresentação. Tem a palavra senhor Presidente. ----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu vou fazer aqui uma pequena introdução e falando daquilo que são as prioridades que foram as nossas prioridades antes de chegarmos aqui e continuam a ser. É um documento que no fundo é uma previsão que é dinâmico, mas que é orientadora daquilo que é o nosso objetivo. Foi trabalhado com muitas pessoas, com os eleitos, com as juntas de freguesia, empresas municipais é inclusive coeso, competitivo, sustentável. Mas no fundo, temos como grandes chavões e prioridades e começamos pela habitação, que é aquilo que no fundo, cria estabilidade às famílias e é a grande necessidade das famílias neste momento. Nós estamos aqui numa fase agora que temos objetivos para o futuro, de construção em escala, a olhar também para a dinâmica dos privados, nós temos que perceber que o público não tem condições financeiras para dar resposta a habitação no país e nós temos que nos reinventar e arranjar as ferramentas necessárias para conseguir dar respostas em escala. Mas neste momento, a Câmara de Loulé tem situações e procedimentos que estão a acontecer e por isso é que tivemos a reunião com o Ministro Miguel Pinto Luz, em Lisboa, porque existem 80 fogos que estão a ser comprados pela Câmara Municipal de Loulé com a apoio a fundos comunitários do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

IHRU, que foram avaliados há mais de um ano atrás por um valor e que neste momento, devido a toda a alteração e o acréscimo dos preços, é apresentado outro valor para a compra e aquilo que foi a proposta da Câmara ao IHRU e que foi aceite vai ter que ser reavaliada, e esse foi o pedido que vamos fazer ao Ministro Miguel Pinto Luz, uma pessoa muito acessível e que nos disse que era para resolver. Portanto, esperamos neste curto prazo, ter estes 80, mais de 64 da Clona que estão a acabar e o projeto de a segunda fase da Clona com mais de 64 e os 56 de Quarteira. Este é, a curto prazo, a resposta que queremos dar. -----

Depois estamos a trabalhar neste momento perceber quais são os terrenos, aquilo que disse há bocado, perceber o que é que a Câmara tem com capacidade dos próprios terrenos para a construção da habitação. E começarmos a pensar aqui num documento que isso é o que é mais importante para construirmos, mesmo em escala. Às vezes a minha conversa é para perder tempo, às vezes dois e seis. É lógico que uma habitação para uma família é a coisa mais importante do mundo, mas nós temos que perceber que Loulé precisa de milhares de apartamentos de fogos e tem que pensar aqui numa construção em escala, senão o problema só se vai agravando e esse será o nosso objetivo. -----

Depois olhar para projetos para as escolas. Temos também nesta fase e estamos a sair, queremos mais brevemente possível, no princípio deste ano sair com o projeto da Escola Dra. Laura Aires, porque ela é ilegível no Portugal 2030, e temos até ao final de junho para acabar, terminar este projeto e o projeto de execução para ser o concurso para a construção. Para podermos ter acesso, penso que será na ordem dos 7 milhões €, portanto, e isso é uma prioridade para nós, mas ao mesmo tempo, estamos a avançar com mais 15 projetos de ampliação e de construção de escolas no concelho. Eu às vezes discuto e quando estou a Loulé, sempre olhado como um concelho rico, as pessoas esquecem-se, nós temos 47 escolas e temos quase 13.000 alunos. Há uma grande parte dos concelhos deste Algarve que tem menos população do que nós temos em alunos. Portanto, a necessidade é grande e é também uma das nossas prioridades. -----

Depois temos a saúde, é lógico que temos o Centro de Diagnóstico Oncológico Avançado e é importante para as pessoas um registo de proximidade. Deixamos de ir a Espanha, deixamos de ir a Lisboa. Mas o grande foco é mesmo termos médico de família para todos e está a iniciar a remodelação do Centro de Saúde de Loulé - LAUROÉ e prevista a construção da terceira Unidade de Saúde Familiar em Loulé, que é eu digo Mãe Soberana, mas às vezes há ainda há aqui dúvidas em relação ao nome, mas eu penso que é Mãe Soberana, pelo menos na última reunião que tive, foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

disso que falámos e ter acesso e dar acesso a todos a médico de família, como aconteceu e eu repito, disse isto muitas vezes durante a campanha e volto a dizer que foi esta oportunidade de as unidades de saúde familiar valorizou os serviços, valorizou os médicos, enfermeiros e os serviços destas unidades pela capacidade de resposta que dão e fez com que conseguíssemos dar resposta praticamente a 100% das pessoas. -----

E agora em Quarteira também teremos a aposta para fazer, que é no novo Centro de Saúde e na reabilitação do existente, porque as condições são precárias, ou seja, são melhores do que não ter, mas têm que ser temporárias. Temos que olhar para elas dessa maneira, e é uma aposta. -----

Também temos. É olhar para os equipamentos sociais, acabar rapidamente a Creche para 120 crianças em Quarteira, mas não chega. Nós temos que olhar aqui e capacitar as instituições, é mesmo assim que eu vou dizer é capacitar as instituições para também poderem fazer projetos e poderem avançar com a nosso apoio para a construção e ampliação e aumentar a resposta que têm nestas entidades, tanto nas Creches como nos Lares. -----

Temos aqui é uma prioridade nossa, temos o Barranco do Velho mais avançado da última informação que tive e temos Vale Judeu, que está numa fase de especialidades também para poder avançar com esses lares. Mas temos a Tôr disponível nas visitas que fizemos para a ampliação do espaço. Temos Boliqueime também nessa situação. Temos Alte, temos várias entidades aqui que sentem a necessidade e estão disponíveis para avançar com o aumento daquilo que é a oferta do serviço que tem e no fundo, dar mais oportunidade. E é isso que nós queremos fazer, utilizá-los no bom sentido da palavra, para que sejam parceiros na construção, no fundo da estrutura que nós queremos para o concelho de Loulé. -----

E depois temos o formato das Juntas de Freguesia, a transferência para a Junta. Eu gosto de falar das Juntas de Freguesia porque nós damos aqui um salto grande relativamente ao que as Juntas de Freguesia deste concelho, hoje em dia valoriza-se os Presidentes da Junta por ter capacidade para investir e para trabalhar mais perto das pessoas é o mais importante. E mais uma comparação que posso fazer é 15 milhões €, há municípios que não têm este Orçamento e este é a verba que é transferida para as Juntas de Freguesia. E se nós formos avaliar os valores que ali estão e eles estão praticamente avaliados pela importância que nós damos ao investimento e tem que ser por aqui. Esse é o nosso pensamento que é capacitar com os contratos internos, capacitar as Juntas de Freguesia também para olharem para a estrutura, para aquilo que é estruturante no território. A capacidade técnica dispersa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Os números de contribuinte na contratação pública dispersam também é. Queremos aqui todos muito mais dinâmicas para construir, tanto nos serviços de proximidade que são importantíssimos. E às vezes esquecemos que as Juntas de Freguesia são prestadores de serviços, mas agora, com a transferência dos contratos administrativos, dá-lhes capacidade para fazerem a obra. E isto tem acontecido com muitas juntas nas águas e esgotos, que é outra coisa que não falei aqui, mas que é extremamente importante para nós. Mas tem conseguido as Juntas de Freguesia capacitadas pela Câmara conseguir dar resposta à população com as águas e isso é para nós importante. Portanto, este slide está aqui para dizer que nesta estrutura queremos fazer e criar a oportunidade. Porque é que aparece ali os seis para eventos, seis os 600 a 600? É importante olhar para isto. -----

Nós chegámos agora à Câmara, temos que olhar para a Câmara como um todo e aqui o Vice-Presidente irá falar sobre aquilo que é a capacidade da Câmara de investir, mas temos que travar e foi o que fizemos agora para repensar. Nós temos que pensar quais são os eventos âncora em que queremos apostar. Quais são os eventos em que queremos mesmo apostar. E vou-vos dizer que nas últimas duas semanas, em termos de eventos com estudos económico financeiros fabulosos, mas mais de 1 milhão € em duas semanas e apoios que querem da Câmara, alguns estudos tinham retornos de 25 milhões devido, corrige-me se faz favor, e quando íamos ver 20 e poucos milhões, o retorno era feito através da comunicação e daquilo da promoção do concelho. O que é que significa? Travar, e nós temos que ter essa consciência. Nós pedimos para baixarem 10% no investimento na parte dos eventos, perceber o que é que realmente é a aposta, porque nós temos eventos âncora neste concelho que são extremamente importantes e perceber o que é que queremos fazer para o futuro. Esse é o passo que estamos a dar, travar, pensar, estruturar, planejar para poder dar resposta. E é isso que eu também peço aos Presidentes das Juntas que é vamos olhar para aquela capacidade que está ali, que a Câmara está a dar para fazermos as apostas estruturantes para o concelho e vamos construir em conjunto o que se pode fazer. Nós também conseguimos. Estamos a tentar arranjar na lei oportunidades e é o que queremos do nosso gabinete que que concorre aqui aos fundos comunitários. Transferir esse conhecimento e capacitar todas estas entidades que eles não têm recursos técnicos para o fazer, mas capacitá-los todos para trabalharmos em conjunto e em rede, não nos sobrepormos aqui numa coisa ou outra, porque só assim é que conseguiremos atingir aquilo que eu não acredito que nesta sala ninguém o queira. Acho que estamos alinhados no pensamento e tenho visto isso nas reuniões que temos tido, dar resposta àquilo que são as necessidades das pessoas e temos todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

de trabalhar no mesmo sentido. E vou passar agora o resto da apresentação ao Vice-Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, partilhando aqui alguns dados sobre o Orçamento de uma forma sintética, até porque sabem que são bastantes as páginas do documento. No que diz respeito à política fiscal, que é a alínea b), que agradeço a amabilidade de permitirem a apresentação conjunta sobre a política fiscal. Aquilo que propomos é efetivamente o IMI na taxa mínima legal permitida de 0,30 no IRS, a taxa variável de IRS, que poderia ir até 5% isentá-la, portanto colocá-la a 0%, conforme tem sido apanágio, e manter a derrama para as empresas a 0%. e portanto, com esta política fiscal nós conseguimos que 24,5 milhões € de receita potencial do município não seja arrecadada e fica assim nas famílias, na economia familiar, na economia das empresas para reinvestirem. --- Conforme foi referido, a proposta tem também na questão do IMI uma redução após o apuramento do IMI para as famílias com um filho, dois ou três ou mais de acordo com esse montante e 30, 70, ou 140 €. Decorre do Código do IMI e da lei. E nas freguesias do interior aquelas estão classificadas com freguesias do interior. São todas aquelas que estão acima de São Clemente e de Boliqueime. Elas podem ter uma minoração de 30%. É o máximo e é aquilo que nós estamos também a propor. - Para dar uma ideia destes 24.500.000€ como é que eles são numa realidade de uma família, isto é apenas um exercício teórico de valores estimados, que obviamente varia em função dos rendimentos mensais do agregado familiar e dos valores patrimoniais dos imóveis. Mas para termos uma noção pragmática daquilo que me pode tocar a mim, entre aspas um casal sem filhos, estamos a falar de uma poupança anual que poderá ir entre os 300€ e 400 €, conforme está sinalizado. E se evoluímos até à última apresentação, ao último dado que está aí Para uma família com três filhos, o valor da poupança anual poderá andar entre os 900 e os 1.000 €, conforme estou a referir. A diferença entre o litoral e o interior e a redução dos 30%, que acaba por ser uma vantagem naquilo que é a economia familiar, na discricionariedade positiva, de acordo com o presidente, disse, da coesão territorial, que é um dos nossos desígnios na nossa visão 2030. O Orçamento do Município rapidamente é de 220, praticamente 221 milhões €. Ele cresce em relação ao ano passado, em 7,2%. Ele é um Orçamento que, depois de integrado o saldo conta de gerência, chega aqui a valores de facto históricos, mas o que eu queria que nós nos concentraremos neste slide é a regra do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

equilíbrio orçamental. Decorre da Lei 73/2013. É obrigatório para as autarquias locais. As nossas receitas correntes têm que ser suficientes para suprir, para pagar as nossas despesas correntes e, naturalmente, para pagar a amortização dos nossos empréstimos de médio e longo prazo. Esse equilíbrio orçamental no município de Loulé para o próximo ano é atingido com 41,1 milhões €, uma margem muito substancial e significativamente superior à dos anos anteriores. Portanto, é um exercício muito equilibrado em termos orçamentais. -----

Dar-vos nota, até porque é um tema recorrente. Há a questão da gestão da equipa da Câmara Municipal de Loulé e do número avultado de trabalhadores. Foi assumido aqui um compromisso por este Executivo municipal na reunião de Câmara de avançarmos para um plano de gestão e de redução da despesa. O Presidente acabou por sinalizar alguns dos eixos e iremos ter mais eixos de trabalho. Mas é preciso percebermos um pouco de onde é que vem a estrutura de recursos humanos da Câmara. E vamos aqui dar só um exemplo do que diz respeito às escolas. Nós temos atualmente 849 à data dados pelo Departamento da Educação. À data temos 849 pessoas a trabalharem nas escolas, que são 47 escolas públicas que temos no concelho. Representa 37,4% do total da estrutura da Câmara em termos de trabalhadores. Porquê? Porque, como o presidente disse, estamos com quase 13.000 alunos de 12.411 à data e normalmente em janeiro fevereiro, costumam chegar mais alunos e reforçar aquilo que é as nossas necessidades de criar salas de aula. E temos um crescimento que desde 2016, de 2017 foi de mais de 300 alunos por ano. Ou em 3291 alunos novos que foram ingressando. E esta é a pressão que tem criado sobre as nossas infraestruturas escolares e que muito trabalho tem sido feito. E daí os 15 projetos que o presidente acabou de dizer que estão inscritos aqui no Orçamento. Para começarmos a responder melhor ainda do que respondemos até agora. Outra nota antes de passar o slide, temos atualmente 810 alunos com necessidades específicas. Isto obriga à redução do número de alunos por turma, obriga termos um reforço das pessoas. Isto tem crescido anualmente e quem está na área da educação sabe bem o dilema que esta questão tem causado na gestão de estruturas escolares. Outra nota, até porque falamos de despesas com pessoal no sentido do valor absoluto e é preciso relativizá-lo e relativizando é preciso pesarmos as despesas com pessoal sobre as despesas totais, Como creio que os Deputados sabem, muito recentemente, em outubro, saiu o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2024. Naturalmente que as contas estão fechadas dos municípios e dos 308 municípios. A média das despesas com pessoal sobre as despesas totais é de 31%. Este exercício do município de Loulé é de 27,1%. Relativamente à estrutura de despesa, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

despesas com pessoal, estão muito abaixo daquilo que é a média nacional. -----
Grandes Opções do Plano Porque o Orçamento não é só falar de 2026, é ter uma linha estratégica e uma visão para o quinquénio de acordo com o SNCCAP. E nós aqui podemos ver onde é que estão, de facto, as grandes prioridades que definidas pelo Executivo, no sentido mais lato do termo. Porque efetivamente temos trabalhado conjuntamente, conforme o Presidente acabou de dizer. E de facto, sozinhos vamos mais rápido, mas juntos vamos muito mais longe e queremos ir muito mais longe nas pessoas e nas famílias. Com investimentos na área da habitação e educação, saúde e Ação Social. Conforme o Presidente disse, 201 milhões € estão aqui dentro desta linha de intervenção quando se fala de mobilidade e qualidade de vida. O Presidente sinalizou, e bem, a rede de água e esgotos. Já me vou meter um pouco mais sobre isso para materializar um pouco melhor essa informação. -----

Eficiência e eficiência energética e eficiência hídrica e a ação climática? E a cultura e desporto que também estão. Não vou alongar muito, já que falamos do pilar de pessoas e famílias de habitação. Temos 57,4 milhões € inscritos nas Grandes Opções do Plano está aí sinalizado. O Presidente também já falou sobre a segunda fase da Clona. Mais do que isto, dizer que foi estratégia do Município. Nós, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, mandar a Loulé Conselho Global, uma empresa municipal para o desígnio da habitação e já tem um contrato de mandato assinado muito recentemente 21,7 milhões € para a produção de 120 fogos de habitação e é assim que também queremos acelerar dentro da esfera pública a oferta de habitação para além daquilo que o presidente disse. A oferta de privados, cooperativas de habitação, estamos a tentar trabalhar em todos esses setores. -----

Educação, o grande pilar essencial. E aqui é onde está a maior fatia daquilo que é a previsão das Grandes Opções do Plano, com 92,5 milhões €. Eu aqui neste slide tenho um pouco só para dizer o investimento não é só capital, não é investimento de capital, também é das atividades municipais. E a despesa corrente quando se fala a despesa corrente. É verdade que há áreas em que temos e vamos todos juntos trabalhar melhor, mas é despesa corrente as refeições escolares na aquisição de bens. Nós pagamos por ano 1.700.000 € para garantir uma refeição diária equilibrada em todos os estabelecimentos escolares. Aliás, as refeições são confeccionadas nas escolas, como bem sabem, e houve uma melhoria significativa em termos nutricionais desde que a Câmara Municipal tomou esta decisão e nós mantemo-la, mas tem um custo de despesa corrente, assim como os transportes escolares, com cerca de 4 milhões € por ano, estão aumentados para garantir a igualdade do acesso ao ensino. Sobre a reabilitação das novas escolas já foi sinalizada e os projetos que estamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

aqui a sinalizar saúde e intervenção social ainda tenho algum tempo, sim, estou a tentar acelerar, mas estou a ver que dentro do que o pedido dos 25 minutos. Creio que ainda tenho 10 minutos, senhor Presidente, Então até posso abrandar um pouco o ritmo porque já estou quase a terminar e não queria também estar a falar tão depressa. -----

Sobre a Saúde e Intervenção Social, o Presidente já sinalizou o Centro de Diagnóstico Avançado do Cancro, tem a ver com a questão da oncologia. A única resposta que o Algarve não tem é um equipamento de PETAC. Num acordo que foi celebrado entre o município e que veio a esta casa com o Algarve, o município vai dotar desse equipamento PETAC e a partir daí nenhum doente, quer no diagnóstico quer no tratamento, tem que sair do Algarve de A a Z, deixando de ter que se deslocar a Sevilha e a Lisboa para conseguir ter os diagnósticos que neste momento não são possíveis de fazer no Algarve, Mão Soberana também já foi falado da nova USF. ----- Dar aqui uma nota anualmente no nosso Orçamento transferimos e a maior parte destas transferências são correntes. Despesa corrente transferimos para as nossas IPSS do concelho 1,6 milhões € para eles também serem uma um braço armado da ação social da Câmara. Falamos de água e saneamento, que é um dos pilares essenciais. O presidente também sinalizou na sua intervenção Temos 20 milhões € inscritos para novas redes de água e saneamento. Estão aí algumas elencadas, designadamente a 125. Todos queremos ver isto ontem garantidos e foi outro dos temas que o Presidente e bem e com o Ministro Miguel Pinto Luz disse: "Temos todos juntos que avançar rapidamente para resolver esta questão". -----

E tivemos naturalmente boas orientações também do senhor Ministro sobre a Segurança, tema importantíssimo aqui, muitas vezes tocado a Polícia Municipal e é verdade que tem que ser para já, tem que ser para este ano e a pressão de todos nós e agradecendo a pressão também dos senhores Deputados neste sentido, para que nós consigamos ter finalmente a Polícia Municipal e a videovigilância, também sinalizado no trabalho conjunto que o senhor Vereador Fernando Santos, também sinalizando para si em particular, Vilamoura já está em concurso público, mas faltam Loulé, Almancil em Quarteira e já está a ser feito o levantamento das necessidades específicas. Só estamos mesmo a terminar -----

É preciso entender que quando este Executivo assume a liderança da gestão do desígnio, é este Executivo no sentido lato, nós já temos compromissos de empreitadas em curso, não é investimentos, porque aqui, se eu colocasse investimentos, tínhamos que ir buscar os terrenos que estamos a adquirir, como creio que esta casa sabe há vários que estamos a adquirir, as habitações que estamos a adquirir dispersas. Estou

Handwritten signature and initials in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

a falar só de empreitadas em curso do Município de Loulé. -----

Na data que tomamos posse tínhamos 83,5 milhões € de obras em curso adjudicadas a um concurso que obriga. Portanto, quando o senhor Deputado, ainda há pouco, Hélder Faísca falava sobre a estabilidade orçamental, eu até percebo no sentido daquilo que é a capacidade de investimento futuro. E é verdade que o município, neste momento, a entrada deste executivo não tinha uma grande elasticidade de novos investimentos. Está a repensar e reorientar prioridades, como creio que todos sabem, mas acima de tudo, sinalizar aqui a Assembleia que tínhamos 83,5 milhões € de obras em concurso. Ou, lá está, 51.3, que é aquelas que estão efetivamente em curso no momento da entrada do deste Executivo. E está aí algumas áreas. Se quiser informação mais detalhada, terei todo o gosto em partilhar. -----

Dar nota que há 3 anos a esta parte, este é um dos primeiros municípios que começou a inscrever em todas as suas rubricas de investimento e de atividades municipais, todas, sem exceção, e são centenas e centenas de linhas. Ultrapassam 800 linhas de intervenções do município, estão adestritas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E quando chegamos à Prestação de Contas, que é aquela questão, inscrever e planear é diferente de demonstrar a execução e bem também sinalizado aqui pelo senhor Deputado Hélder Faísca no Relatório de Atividades. -----

Na Prestação de Contas, que é o exercício do ano completo, fazemos precisamente isso. Demonstramos o que estava planeado, o instrumento previsional e, acima de tudo, o que foi executado, justificando e fundamentando também nos ODS, fazemos esse trabalho e dar nota dos compromissos com o futuro, naturalmente. transparência e modernização e descentralização. O centro são as pessoas da nossa ação, de todos nós, mantendo a regra do equilíbrio orçamental que é essencial articular com todas as partes interessadas e estão aqui várias, e garantir aquilo que temos conseguido garantir. Um dos municípios reconhecidos nos últimos anos por ser um dos que mais rapidamente pagam aos seus fornecedores. 4 dias, em média. e isto demonstra rigor e responsabilidade do Município. Terminando com uma nota do Sr. Presidente para todos vós e para todos nós e para as vossas famílias. Bem hajam, saúde e felicidades e acima de tudo, obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente, da parte do Executivo está dada como apresentado, este primeiro grupo diz respeito as alíneas b), c) e e). Neste momento vou abrir então o período de intervenções de inscrições para estas três alíneas, aceitam-se inscrições dos senhores Deputados que queiram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

intervir. Uma inscrição. Portanto, dou a palavra à senhora Deputada Irina, do Partido Social Democrata. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: boas noites. Mais uma vez, a todos os presentes, cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa. Ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, excelentíssimos Deputados, excelentíssimos funcionários, excelentíssimo Público e demais espetadores em casa. -----

Eu, antes de começar esta intervenção e porque não tive oportunidade de o fazer a pouco, porque foram intervenções pouco planeadas. Eu tenho só uma questão prévia a apresentar e dizer o quão é bom regressar a esta casa passado 8 anos e olhar para as devidas bancadas e ver que houve atores que mudaram de bancadas e houve atores que mudaram de posições, mas que é sempre agradável olhar as caras e ver que estamos cá todos em prol do concelho de Loulé. Por isso é positivo para todos continuarmos interessados na discussão. -----

Relativamente à proposta aqui que está a ser feita e eu começo, uma vez que dividimos os temas da fiscalidade, não sabendo dos três os três grandes temas que vão ser discutidos, ou seja, sou eu que vou intervir sobre todos e vou separar as propostas. Falarei inicialmente sobre a questão da proposta da fiscalidade municipal para 2026. E, senhor Vice-Presidente, eu posso dizer já que era muito mais fácil ter ouvido do que ler todo o documento e ter estado a descortinar porque com isto fiquei elucidado relativamente a muitas das perguntas que teria para fazer e que agora já as elimino do meu repertório. Mas esta proposta de fiscalidade para 2026 tem uma característica curiosa que é não incomodam. E em política fiscal, dizer que não incomoda já é dizer muita coisa. -----

O IMI está no mínimo legal, o IRS é devolvido ao bolso dos munícipes, a Derrama a zeros. Ou seja, não há aqui uma revolução fiscal, mas também não há surpresas nenhuma desagradáveis, o que em matéria de impostos é sempre muito positivo e estamos de parabéns por reconhecerem esta continuidade. A continuidade desta opção, mas convém dizê-lo sempre com clareza e como o próprio Senhor Vice-Presidente disse, e já o alertou no passado e sei que tem uma estratégia relativamente a isto, porque falou dos experto de 25 milhões. Não cobrar impostos não quer dizer que isso constitua verdadeiramente uma política de apoio à iniciativa privada. Eu falo concretamente na questão da Derrama, ou seja, a isenção de impostos não resolve problemas estruturais por si próprios do concelho. As empresas não se fixam apenas no concelho onde pagam menos impostos. Fixam-se onde existem, por exemplo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

espaços disponíveis, infraestruturas adequadas e previsibilidade de planeamento a longo termo. O mesmo se aplica relativamente às famílias e que, manifestamente é uma prioridade vossa. A devolução do IRS por si só e o IMI reduzido ajudam, mas novamente não fixam pessoas. O que fixa efetivamente as famílias é a existência de habitação acessível, o que fixa os jovens qualificados e a combinação de emprego, salários compatíveis e condições reais para viver no concelho. E hoje o concelho, efetivamente, como já todos reconhecemos em campanha e reconhecemos aqui, o senhor Presidente reconheceu, enfrenta uma carência evidente de habitação a preços compatíveis com os rendimentos médios, bem como uma escassez de solo planeado para a actividade económica. Logo, há empresas que querem instalar se, mas não encontram espaço. Há jovens que querem ficar, mas não encontram casas. E sem resolver estas duas dimensões em conjunto, a política fiscal que apresentam agora arrisca se a ser socialmente correta, mas estruturalmente insuficiente da parte do PSD, entendemos verdadeiramente este início de mandato que justifica a prudência e o benefício da dúvida, mas deixamos claro, simplesmente que a fiscalidade não pode apenas ser neutra e ela tem de ser acompanhada por políticas de habitação, planeamento urbano e promoção da empregabilidade que vimos pela apresentação que fizeram. Esperemos que efetivamente se concretizem. Em suma, estas propostas efetivamente não apertam no cravo, mas também não resolvem a ferradura, ficam aprovadas aqui hoje pela nossa parte, mas será revalidado. Amanhã será reavaliada, porque fixar pessoas e empresas exige um bocadinho mais do que apenas bons números, exige condições reais para viver e trabalhar no concelho. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Aceitam-se mais inscrições. Senhor Deputado Carlos Gomes, do PS, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Silva Gomes (PS)** tomou a palavra e disse: Este Orçamento, como também já foi referido na intervenção do Partido Social Democrata, tem como foco central servir as pessoas e as famílias nas suas necessidades diárias para garantir qualidade de vida para todos. O investimento municipal está maioritariamente destinado para as áreas da habitação, da educação, da saúde, dos equipamentos sociais. Há também um importante valor alocado às áreas da qualidade de vida na ampliação das redes, distribuição de águas e saneamento, bem como para o reforço da segurança através da Polícia Municipal e da videovigilância. Importa igualmente destacar a importância dada por este Orçamento à relação com as 11 Juntas de freguesia do concelho, reforçando significativamente as verbas para o apoio ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

funcionamento nos respetivos contratos administrativos. São um total de 15 milhões € de transferências correntes e de capital para garantir uma resposta mais próxima aos fregueses e mais célere para as suas necessidades. -----

É igualmente muito relevante sinalizar aqui à margem, se muito substancial, de 41,1 milhões € de equilíbrio orçamental previsto neste Orçamento, garantindo assim um forte compromisso com as contas certas que pautam o sentido de responsabilidade e do compromisso deste Executivo. Como também já foi referido na intervenção do Partido Social Democrata, a política fiscal mantém-se como uma das mais competitivas do país, permitindo que o IMI, no mínimo legal, com a isenção da taxa variável de IRS e com a não aplicação da derrama nas empresas. Um valor total de 24,5 milhões € que não são arrecadados pelo município. Este importante montante permite assim uma maior disponibilidade de recursos que fica na economia das famílias e das empresas. -----

No que concerne à sustentabilidade, realçar também o facto de todas as iniciativas inscritas, quer no Plano Plurianual de Investimentos, como no Plano de Atividades Municipais, se encontram associados aos respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para as quais contribuem, permitindo assim garantir o alinhamento da Ação do Município com a Agenda 2030 da ONU, que muitas vezes não tem andado a ser bem tratada. -----

Estamos no bom caminho de não deixar ninguém para trás, respondendo às pessoas as suas famílias, garantindo um concelho mais inclusivo, mais justo, mais coeso e com uma economia mais dinâmica, com território mais sustentável. Muito obrigado. --

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Deputado. Aceito então mais inscrições para estas três alíneas. Há uma inscrição, duas. Portanto, dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial e Deputado Abílio Sousa, do grupo Todos Pelo Ameixial. -----

O Deputado **Abílio Sousa (TPA)**, tomou a palavra e disse: Boa noite, começo por cumprimentar o senhor Presidente e a Mesa, o Presidente da Câmara e todo o Executivo, todos os Deputados aqui presentes, o público aqui presente e em casa que nos assiste. -----

Eu queria aqui fazer aqui duas notas em relação à política de fiscalidade municipal para 2026. Quero aqui felicitar o Executivo por manter as taxas no nível baixo, como era habitual e como já vinha sendo habitual nos anos anteriores. Contudo, acho que no futuro deveríamos ter a coragem, conforme existe em alguns municípios, que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

devia taxar taxa máxima de IMI para os prédios devolutos e em ruínas, porque em nada beneficia o município, o município e em nada beneficia o interior. -----
Em relação ao Orçamento, eu iria votar a favor do Orçamento. Contudo, espero e fico na expectativa que as rubricas que dizem respeito à freguesia do Ameixial sejam reforçadas com o saldo que transita de gerência do ano de 2025 para 2026, porque os valores que lá vejo são muito baixos. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Deputado. Havia mais uma inscrição do senhor Deputado Manuel Coelho, do Partido. CHEGA, tem a palavra senhor deputado. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Da minha parte, são documentos de análise muito difícil. O CHEGA normalmente tem uma abordagem mais simplista sobre estes documentos, mas que não deixa de ser importante, penso eu. Primeiro de tudo, congratular, portanto, o Executivo da Câmara Municipal por finalmente tanto o Centro de Dia de Vale Judeu está em fase de especialidades e que eu espero que seria de grande agrado para todos nós, não apenas para o CHEGA, mas para todas as bancadas. Penso eu, termos este centro de dia que fosse finalizado até ao final do seu mandato, Senhor Presidente. -----

A outra também sobre os esgotos e água na Estrada Nacional 125. Como todos sabemos, ou a maioria sabe. Portanto, é um problema que preocupa diariamente todas as pessoas. São estes problemas diários, são os problemas que normalmente que nós tentamos fazer chegar aqui, porque nós somos da Assembleia Municipal, portanto, para outras opções maiores, portanto, não nos preocupamos tanto. No entanto, quero fazer aqui, portanto, umas perguntas pertinentes que vejo na habitação, também com agrado, mais casas. Mas quero perguntar quais são as prioridades para a atribuição destas casas? Porque a nós na rua também nos perguntam "Ó Alfredo, mas como é que eu posso concorrer? Eu também se calhar estou com dificuldades. Gostava de concorrer...", e as pessoas não sabem. Portanto, eu acho que primeiro que tudo, as pessoas saberem quais são essas prioridades. E segundo, haver que eu acho que por vezes já todos nós temos uma falta de comunicação à população. Por vezes as pessoas, muita gente normal, nem sabe que existem estes programas ou que existem as casas, etc. Muita gente não está a assistir lá em casa a esta Assembleia tão pouco. Ainda bem que a Assembleia também é transmitida, porque isso, portanto, é um ato que permite esse conhecimento às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

populações. Também uma outra pergunta que é das habitações sociais já existentes aquelas que tem rendas, nós gostávamos de saber qual é o valor médio que essas pessoas pagam das habitações sociais que neste momento são geridas pela Câmara Municipal de Loulé. E também saber em que estado é que estão, se existem dívidas, se existem muitas, se não existem dívidas, etc. Das pessoas que neste momento ocupam as casas. Portanto, também é um facto que nos preocupa, porque é assim. Há muita gente que ainda não está abrangida por este tipo de programas. E que tem, se houver casas em que não se paga a renda, portanto, essas pessoas terão que ser, portanto, notificadas, porque há pessoas que também têm as mesmas necessidades e que estão na disposição de pagar. Nomeadamente, eu estou a falar principalmente pelos jovens. Jovens casais, jovens trabalhadores. Nós desta bancada somos a favor de tudo o que for social, mas também dando uma primazia realmente a quem trabalha e aos jovens. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Iria dar-lhe o direito de resposta a dar a palavra ao senhor Vice-Presidente, às questões que foram colocadas. Senhor Vice-Presidente tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas, talvez prestar mais alguns esclarecimentos que acho que é um dos nossos papéis essenciais que temos o privilégio de ter acesso a informação que nem todos os nossos munícipes têm e por isso percebo perfeitamente a interpelação do estimado Deputado Manuel Coelho. -----

Prioridades para a atribuição das habitações depende a maior parte da política de habitação. Tem sido canalizada via PRR e o PRR canaliza os investimentos que são financiados em 100% para renda apoiada, vulgarmente designada de habitação social. E por isso é que a maior parte das soluções a nível nacional tem esse foco. O Município de Loulé lançou um concurso para renda acessível, que é as tais classes de rendimentos intermédios de 36 habitações, e é preciso produzir mais. A questão aí é que não há financiamento. Pode haver junto do BEI, portanto, com empréstimos bonificados, mas efetivamente faltam-nos aqui alguns instrumentos financeiros para não sobrecarregar tanto aquilo que é o Orçamento do município. -----

- Falta de comunicação, foi por isso mesmo é que nós temos na página da internet da Câmara e peço que encarecidamente partilhem isto lá na Divisão de Habitação, um link que as pessoas podem se inscrever para sempre que houver programas de habitação pública, receber a informação sempre que há um concurso. Sempre que há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

um concurso subsídio ao arrendamento para ajudar a pagar a renda. Sempre que existem casas para atribuir, há famílias, todos os concursos, as pessoas inscrevem-se e passam a receber informação e, portanto, lá caracterizam, tipificam o tipo de agregado familiar. -----

Mas para além disso, temos aqui a loja mesmo aqui em baixo a Loulé Habita, que já está aberta há mais de um ano, creio eu, e cuja funcionalidade a finalidade é precisamente darmos a cara às pessoas da comunidade. Portanto, partilhem, por favor, que está aqui uma loja com técnicos especializados para falar de A-Z, das ofertas da habitação. Qual o valor médio que as pessoas pagam? Não sei, decorre do Regulamento da Habitação Municipal. Portanto, nós temos um regulamento que, em função da tipologia da família, dos rendimentos da família, pagam um determinado montante. Portanto, ela é variável em função das realidades de cada indivíduo. E o valor das dívidas, como compreenderá, não tem, em todo caso, como é apanágio do Executivo, iremos responder com a maior brevidade possível, sendo que, naturalmente, estas matérias agora também decorrem na Loulé Concelho Global e seguramente também estarão disponíveis para esclarecimentos. É uma Empresa Municipal que também tem a porta aberta para atender todos nós. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Liliana Bom, do Grupo do CDS-PP. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Boa noite novamente. Antes de mais agradecer o resumo que foi feito, porque efetivamente isto são documentos que para nós, o comum dos mortais, às vezes não é propriamente fácil analisar e nós tentamos fazer o nosso melhor com os conhecimentos que temos. Mas realmente há coisas que nos ultrapassam e que a vossa explicação, conforme a colega, também me tirou algumas das dúvidas que eu tinha aqui para vos colocar. Eu se calhar passaria a colocar vos algumas questões específicas de duas ou três situações que me apercebi na análise do documento e que gostava que se calhar nos ajudassem aqui a esclarecer. -----

Há uma situação de um restauro de uma escola em Alte da Escola João Andrez. Nós queríamos perceber qual é a finalidade do restauro desta escola, se é para habitação, se é para alguma função específica, se vai estar alocado a algo concreto? -----
Também temos a construção do Jardim de Infância EB 1 em Almancil. Existe um projeto, pelo menos no Orçamento, que queremos perceber, onde? Uma vez que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

desconhecemos terrenos em Almancil públicos que possam albergar este projeto. Portanto, se já o têm ou se está pensado o projeto, onde é que ele é para ser colocado? -----

Relativamente aos imóveis e no seguimento das políticas de habitação e se calhar aqui não será tanto para a habitação, mas são os imóveis arrendados pelo município que estamos a falar de cerca de 850.000,00 € que estão cabimentados. -----

Eu queria perceber e é uma situação que chegou ao nosso conhecimento. Relativamente às obras de conservação destes imóveis, estamos a falar num valor em rendas de 850.000 €. Existem alguns destes espaços que não estão com as melhores condições. Eu queria perceber se os senhorios estão a ser alertados para isso? E se lhe está a ser cobrada esta mesma manutenção? E se não, qual é a razão ou alguma coisa que possamos desconhecer? -----

Relativamente ao aumento, é a justificação que nos deram dos custos de pessoal e percebemos que as escolas nos ocupam grande parte dos custos. Há uma situação que também acontece, que é os funcionários entrarem para as escolas como auxiliares e depois pedirem transferência para outros serviços. E gostávamos de perceber de que forma é que isso pode ser travado, porque nós precisamos realmente das pessoas nas escolas e estas pessoas têm que ter formação para isso e têm que estar capacitadas para isso, não pode ser qualquer pessoa, porque lidar com crianças não é a mesma coisa que lidar com adultos. Percebemos isso e se calhar as pessoas podem não aguentar quando chegam lá e percebem que não é aquilo que querem, mas também não pode servir de porta de entrada para funcionários do município. Isto tem que ser controlado. No seguimento disto, na relação dos custos com pessoal, é sabido que foram terminadas algumas Comissões de Serviço recentemente. Há provavelmente algumas antecipadamente e queremos perceber se estas a estes termos foram feitos por acordo ou se houve algum lugar a indemnizações por parte do município a estas pessoas. E se existiram, em que valores é que estamos a falar e de que forma é que isto vai ser tratado? Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada, senhora Deputada. Passo a palavra ao Executivo ou ao senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu vou responder aqui a três questões e depois passarei ao David Pimentel. -----

Pois isto das escolas, isto dos investimentos que nós temos aqui, grande parte deles é o objetivo que nós temos e a necessidade dos locais onde queremos fazer essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

obra. E foi aquilo que eu disse no início, primeiramente, perceber porque a Câmara tem cerca de atenção quando eu digo estes valores, não se pense que os valores que os terrenos ou imóveis chamemos imóveis, que é mais geral, que estamos aqui a equacionar que são e que é possível construir, que pode não ser, mas a Câmara tem mais de 1000 imóveis e nós precisamos perceber onde é que eles vão ser encontrados. O que percebemos é que na freguesia, há necessidade desse equipamento e agora vamos arranjar a solução antes de partir para a compra ou procura daquilo que não faz parte da Câmara e avançar para isso. -----

Mobilidade, este Executivo chegou e uma das, para além daquelas que falei há bocado dos eventos, foi não há mobilidades na Câmara de Loulé, salvo raras exceções, e não a mobilidade, nem para dentro, nem para fora, nem dentro, nem fora. E porquê? Por causa disso mesmo. Para haver uma mobilidade, a resposta tem que ser dada dentro e tem que estar tanto na origem como no final do destino destas pessoas, que a Câmara não fique desestruturada. Tem que haver uma estrutura que se mantém, há um respeito. As pessoas entram aqui para trabalhar na Câmara, para uma necessidade, e não podemos inventar necessidades de deixar depois a Câmara desfavorecida noutras áreas. Portanto, isso não é, para fora igual, ou seja, contratação pública. Nós demoramos pelo menos um ano a contratar um técnico, um ano, até que ele se aperceba de tudo o que se passa aqui. Passam 3 anos e deixar as pessoas ir embora. E às vezes, e digo-vos que Loulé é apetecível, porque as pessoas muitas vezes querem nos utilizar como barriga de aluguer. Vem aqui, são de Loures, são daqui, nada contra, foi aleatório, o nome que me veio à cabeça e depois pedem a mobilidade. Ainda há pouco tempo surgiu uma mobilidade aqui neste contexto e nós sabemos que não era por motivos familiares é a estrutura e é o Município que nós temos que defender. Portanto, o que estamos aqui não é prejudicar a vida das pessoas, mas é defender o interesse do Município, porque nós não podemos continuar a aceitar mobilidades e ficarmos fragilizados, seja naqueles que vão para fora como aqueles que estão cá dentro. -----

E a última era das Comissões de Serviço, eu acho que todos nós, uma coisa que devia acontecer naturalmente era as chefias intermédias nestes cargos, que nós temos um cargo político e estamos aqui a fazer a gestão, são cargos de confiança. Muitas vezes até deviam ser naturalmente e era o que deveria ter acontecido. Porquê? Porque nós acreditamos mais profissionalmente ou tecnicamente noutras pessoas e no fundo, é o nosso projeto que está em cima da Mesa. Estas pessoas irão ser ressarcidas com toda a certeza da diferença do valor que poderiam ter até ao final dessas Comissões de Serviço. Mas neste momento não lhe consigo dizer quais são os valores, poderei



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

dizer depois, mas a decisão que tomámos foi nós estamos aqui a estruturar a equipa que nós identificamos, que é aquela que nos vai ajudar em tudo aquilo que nós estivemos a falar até aqui e tomámos essa decisão que acho que é legítima para qualquer pessoa poder tomar essa decisão. Mas depois podemos informar do valor que pode estar afeto a esta decisão. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Passo a dar a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Rapidamente, o restauro que está aqui da Escola João Andrez, ou reabilitação, aliás, é um projeto, não está ainda sequer a avançar. Esta era uma rubrica que já tinha sido inscrita no anterior Orçamento e manteve-se. Aliás, até foi sinalizado aqui pela Senhora Presidente de Junta que antes mesmo de reabilitar, é uma escola lindíssima, daquelas de fachada maravilhosa, que nós temos e temos que preservar o nosso património é diferenciador e que nos identifica e que nos diferencia e isso também é importante, mas mesmo antes disso, e sinalizado e muito bem pela senhora Presidente de Junta, temos que melhorar a climatização das salas de aulas. Os alunos têm que ter melhores condições, a começar dentro das salas de aula. E depois acabei por lhe referir que não está aqui destacado, mas já está em curso um levantamento de todas as 47 escolas do concelho da necessidade de equipamentos para climatizar as áreas e da potência de energia elétrica. Desculpem se eu não estou a utilizar a terminologia certa para reforço dos quadros elétricos, para que possamos começar na primeira resposta que temos de fazer, mesmo antes de projetar e construir novas soluções e reabilitar e dignificar os espaços das escolas, garantindo que o ambiente é acolhedor e quente no Inverno e que é fresco o suficiente de Verão, e essa é a nossa primeira prioridade. -----

Portanto, efetivamente, esta é uma verba que tem um destino de um projeto que pode e deve ser gerido com o Presidente de Junta, em função da prioridade que assim entender, denota também que é respondendo, se calhar aqui um pouco também o senhor Deputado Abílio Sousa. -----

O Orçamento é uma fotografia momentânea de uma projeção para o próximo ano e como sabem, ao longo do ano vamos fazendo várias alterações ao Orçamento, principalmente em função de cabimentar verbas para contratos internos para as juntas poderem intervir nas suas prioridades. Porque a Câmara, nós recebemos 290 pedidos para este Orçamento das Juntas. Neste curto espaço de tempo tivemos 290



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

solicitações do agregado de todas as juntas. Para além disso, posso dizer que os serviços da Câmara também pediram, eu não tenho aqui o número agora de cabeça, mas foram centenas. Foram 233 milhões€ de novos investimentos para além daqueles que vos acabei de apresentar. É um exercício humanamente impossível de conseguir responder a tudo. Agora o compromisso de honra com cada uma, porque os fregueses são munícipes, munícipes são fregueses e estamos aqui para trabalhar juntos. É os contratos interadministrativos servem precisamente para isso. E no privilégio que tive de estar com cada um dos presidentes de junta disse que estamos cá para garantir, através de contratos em termos criativos, que vocês também possam responder às vossas comunidades. -----

E desculpe sobre a manutenção das habitações. Nós temos várias habitações. Julgo que foi essa a questão. Se mantemos na casa de senhorios, a Câmara Municipal evita ao máximo alugar para subalugar precisamente por isso, porque a habitação não é nossa. Nós não podemos intervir em património que não é nosso. Depois os senhorios que querem legitimamente novos valores de renda e temos lá família e já não temos outras opções. É uma decisão estratégica, estamos a evitar a alugar ou arrendar, ter habitações próprias. Daí, no anterior mandato falava-se muito que estamos a comprar muita habitação dispersa. Foram pouco mais de 50, as habitações, mas precisamente para isso é preferível termos, podemos mantê-la, podemos dignificar o espaço para aquelas famílias e garantir que aquela família tem uma casa que amanhã não estou a pedir um aumento de renda e nós já não conseguimos porque o mercado está a pagar valores exorbitantes e a Câmara não pode pagar um valor exorbitante para garantir lá uma família. E creio ter respondido às questões. Desculpe a demora, senhor Presidente. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Aceitam-se mais inscrições para estes três pontos. Senhora Deputada Irina, tem a palavra o grupo do PSD. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Mais uma vez obrigada. Cumpre-me a mim a árdua tarefa de falar depois do senhor Vice-Presidente, uma vez que explica as coisas e eu efetivamente, como disse aqui a nossa ilustre colega Liliana Bom, efetivamente para nós, não financeiros, isto é uma missão árdua, a de contrapor o que é dito desse lado para quem percebe da matéria do ponto de vista fiscal. Mas cumpre-me agora a mim fazer a intervenção relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano e depois sigo logo para a intervenção dos Compromissos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Plurianuais e assim poupo tempo. E o senhor Vice-Presidente, já percebi que tem a capacidade de síntese e a capacidade de anotar as perguntas responderá a tudo por bloco. -----

Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2026, estas revelam desde logo e já aqui analisámos a uma opção política clara da parte deste Executivo, que é a contenção fiscal, sem aquilo que é uma contenção estrutural. Não há o agravamento de impostos, como já foi dito atrás, Mas também é verdade que a despesa corrente cresce de forma consistente, sobretudo naquilo que são as rubricas de pessoal, de aquisição de bens e serviços e que é justificado e com. Mas convém lembrar que as despesas permanentes exigem receitas permanentes, não receitas meramente conjunturais. Ou seja, eu não gosto de ser profeta da desgraça, uma vez que a autarquia dispõe de uns cofres bem recheados, alguns milhões. Mas o Orçamento assenta fortemente em pressupostos otimistas de receita. Tratam-se sobretudo de receitas altamente sensíveis a fatores externos, sensíveis a fatores externos e ao ciclo económico volátil sobre os quais o Município não tem um controlo direto efetivo. Neste contexto, importa sempre questionar qual é a robustez do modelo orçamental agora apresentado. Se a receita falhar, o ajustamento terá de recair sobre aquilo que é despesa. E olhando para aquilo que é a estrutura da despesa, o espaço de manobra é efetivamente reduzido, porque grande parte dela é rígida e continuada. Isto é uma análise de alguém leigo na matéria. Relativamente àquilo que são as grandes Opções do Plano, o problema não é a falta de projetos neste Executivo, mas a ausência percebemos com a explicação posterior. Mas no documento não é a ausência daquilo que são e o que é a hierarquização. Apresenta aqui um conjunto vasto de intenções da vossa parte, mas não distingue claramente, enquanto modelo, aquilo que é o investimento estruturante e aquilo que são ações meramente acessórias. E nesse sentido, politicamente, isso traduz se numa dificuldade em identificar uma estratégia clara para o concelho, analisando apenas o documento técnico. -----

Com a explicação do senhor Vice-Presidente, ficou clara. Percebi na explicação, contudo, documentalmente, não está verdadeiramente hierarquizado. Acresce ainda que, apesar do discurso da coesão territorial, não identifiquei no Orçamento, olhando, mas poderão esclarecer no documento uma diferenciação clara e mensurável para o interior do concelho. Ou seja, as opções surgem diluídas, sem metas efetivas, sem indicadores e sem uma leitura territorial efetiva. Ou seja, este Executivo tem aqui, como foi dito, uma oportunidade única, tendo em conta a liquidez de executar obra no interior do concelho de Loulé, de fixar pessoas no concelho, no interior do concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

de Loulé, nomeadamente do ponto de vista da habitação e da continuação da rede de água do saneamento. Literalmente enterrar dinheiro, que é aquilo que não traz votos e que as pessoas não veem e que é literalmente enterrar dinheiro. -----

No que concerne a habitação, este Executivo também definiu como prioridade e aqui defendeu como prioridade a tem a capacidade de construir também no interior e não apenas no litoral, nas três cidades do litoral. Tem este potencial e esta capacidade. Todas as restantes freguesias do interior, necessitam de habitação e não apenas as do litoral e necessitam de atração e fixação de pessoas. Este Executivo pode colmatar isso com este Orçamento e com os futuros Orçamentos. Uma vez mais, esperemos que isto não se traduza em meras promessas e que nos seja dito aqui hoje e que se traduz efetivamente para o futuro. Porque eu não vejo no documento, mas que este alerta sirva para que olhem para todas as freguesias de igual forma. Reconhecemos ainda que este Executivo tem apenas 2 meses de mandato, mas um Orçamento não é apenas um exercício técnico, é um instrumento político ao fim do dia e temos de pensar nele como tal. E, nesse caso, o documento parece mais orientado para aquilo que é a gestão da máquina municipal do que para uma visão, uma visão transformadora efetiva do concelho. -----

O PSD exerce aqui uma oposição responsável, mas exigente. E este Orçamento vai ser aprovado, mas não pode passar sem o devido escrutínio, porque a prudência fiscal não substitui de forma alguma a estratégia e o equilíbrio orçamental não dispensa a visão política. E nós precisamos que nos seja transmitida essa visão política para além dos números que foi depois, posteriormente, mas necessitamos que isso seja propagado e que venha no Relatório técnico e no documento que veio a hierarquização e a priorização. -----

Neste sentido, relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento, tenho várias questões que merecem aqui uma atenção, senhor Vice-Presidente, é como é que justifica o Executivo o crescimento contínuo da despesa corrente num contexto em que se defende sempre a prudência financeira e o Senhor Vice-Presidente é um mestre da prudência financeira e por isso eu questiono este Orçamento. -----

E como é que se justifica o aumento das despesas de pessoal neste Orçamento cinco vezes superior àquilo que será a taxa de inflação? -----

Se está o Município excessivamente dependente da receita volátil, nomeadamente do IMT e do ciclo imobiliário, para financiar aquilo que é despesa estrutural? -----

Quais são, objetivamente as três prioridades estratégicas do Executivo para 2026? E onde é que elas estão claramente definidas nas GOP, que é aqui a minha dificuldade, que é identificar no documento financeiro onde é que elas estão, estas três prioridades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

que o senhor Presidente referiu, onde é que elas estão refletidas no documento financeiro? -----

Se este Orçamento prepara o município para o futuro ou apenas gere o presente enquanto a receita permitir? -----

Em que medida concreta distingue este Orçamento que é relativamente àquilo que flui do interior, o interior do concelho face ao litoral. Para além da enumeração genérica de pequenos investimentos que são feitos? -----

E como será avaliado o impacto territorial real das opções agora apresentadas? Eu não sei se querem fazer uma pausa porque tenho. Tenho depois para fazer a intervenção sobre os Compromissos Plurianuais. Por isso, se calhar o senhor Vice-Presidente eu ponho o senhor Vice-Presidente a responder, provavelmente, e depois termino. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada, senhora Deputada. Penso que irei passar então à palavra ou ao Executivo ao senhor Presidente. Senhor Vice-Presidente tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado, senhora Deputada Irina. -----

Vamos ver se eu consigo responder às diversas observações e questões colocadas. É um Orçamento de contenção fiscal sem contenção estrutural. Há aqui vários indicadores que demonstram uma contenção estrutural. -----

O Quadro de Pessoal é exatamente o mesmo do ano passado e é o mesmo porque há procedimentos concursais já em curso e isso obriga-nos a manter, até porque a perspetiva, conforme o Presidente já foi sinalizando aqui nesta mesma reunião, é na política de gestão de recursos humanos a contenção das mobilidades. Percebemos que temos que trabalhar, que as pessoas, quando entram na Câmara e se candidatam a entrar com funcionários públicos da Câmara para uma determinada atividade e para desenvolverem um serviço público para a nossa comunidade. E isso também é de contenção. -----

E depois, quando se refere aí sobre os bens e serviços, eles são variáveis, são contractos anuais plurianuais de dois anos. Portanto, não é uma estrutura de custo fixa, ao contrário da estrutura de custos com pessoal. E por isso é que eu sinalizei. Mas podia continuar para além dos 840 funcionários ou trabalhadores das escolas, posso falar de mais de 100 bombeiros, posso falar de outras 100 pessoas na Proteção Civil, posso falar de quase 200 pessoas dentro da área do desporto para os vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

edifícios e pavilhões que nós temos e atividades desportivas para fazermos. Portanto é fácil depois começar. Aliás, está um Mapa de Pessoal anexado aos vários documentos que demonstra onde é que estão estas pessoas e onde é que e para nós percebermos efetivamente o porquê. Quando eu falo das escolas e disse que é aqui, orna se mais efetivo perceber que o número de alunos, o número de estabelecimentos escolares, a política de coesão territorial, de ter escolas no interior obrigue efetivamente a esse esforço. E quando vamos a características apenas económico, técnico financeiras, economicistas, se calhar a decisão não seria essa. E por isso é que existe a política para defendermos a coesão territorial e manter escolas, mesmo quando efetivamente, se calhar a viabilidade era concentrá-las. Isto é um pouco também para dar o sinal sobre aquilo que estamos a falar do INEM. -----

E depois a própria receita fiscal é uma decisão anual, se for necessário, o município já teve períodos de dificuldade financeira e os 24,5 milhões € que hoje deixamos, eles podem ser arrecadados por todos nós, quando assim o decidimos, em contextos eventualmente menos favoráveis que vão acontecer, não sei quando vão. A robustez do modelo orçamental que comentou quando se apresenta uma margem de equilíbrio orçamental de 41,1 milhões €. Essa é uma margem que, mesmo que as receitas venham abaixo, temos 41 milhões € de receitas correntes a mais do que os nossos compromissos de despesa corrente projetados para o próximo ano com a amortização dos nossos empréstimos bancários em curso. Portanto, aí a robustez acho que está é inequívoca. -----

Grandes Opções do Plano, ausência de hierarquia. São várias páginas, são vários documentos. Há um documento que é o Relatório. O Relatório é uma síntese dos documentos do PPI, do Plano de Atividades Municipais. Porque estes dois documentos têm algumas 800 linhas inscritas. E onde é que se vê as prioridades? É efetivamente, nesse documento, quando algumas das inscrições estão nos próximos anos e outras estão apenas a começar 27, 28, 29. Bem sei que se calhar, o documento acaba por sintetizar as Grandes Opções do Plano e fica evidente quais são as prioridades. Aliás, a apresentação elencou isso bem naquilo que diz respeito às famílias e às pessoas e as suas famílias, mas falamos claramente da habitação, falamos claramente da saúde, falamos claramente da educação, que foi o maior pilar e demonstrei que o valor, esse valor, está lá. -----

Está uma Tabela Síntese, dos investimentos na educação e aqueles mais de 90 milhões € que acabei por apresentar aqui, estão lá elencados e, portanto, tem que se conjugar o Relatório com o PPI. E depois quando diz se calhar adorei este comentário, desculpe a qualificação senhor Presidente, mas sinalizar o interior quando nós temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

várias intervenções no interior, isso se calhar se fosse recuperar aqui os vários investimentos feitos aqui na freguesia do Ameixial, já que o Presidente sinalizou ainda há pouco, há vários que foram feitos e há vários que têm que continuar a ser feitos, mas se calhar o Relatório tem que ter um destaque daquilo que está a ser feito no interior, não só, investimentos de capital, mas nas atividades que estão a ser desenvolvidas. Gostei muito. -----

Fica aqui a nota e assumo o compromisso que no próximo Orçamento vamos ter um destaque para podermos evidenciar o interior. -----

Sobre a habitação no interior, as primeiras 2 casas de habitação pública, desde que a Estratégia Local da Habitação foi desenhada em 2019, foram 2 no Ameixial, 4 agora em curso no Ameixial, 5 foram entregues em Salir de renda acessível. -----

A primeira entrega de renda acessível foi em Salir. Temos 12 neste momento em curso, também em Salir 2. Neste momento em curso em Alte, temos um terreno na Tôr de 9 fogos de habitação, que tem que se projetar rapidamente para se poder construir. Está também dentro da Loulé Concelho Global. -----

E eu acabei de falar de algumas soluções. É verdade que a massificação, a maior quantidade, vai existir aqui em Loulé e creio que todos sabem, mas efetivamente, é onde há mais pressão demográfica e também estamos a resolver. -----

O Orçamento é de facto um instrumento político e essa visão política está. A apresentação se calhar evidenciou mais, mas o próprio Relatório já tem esse foco, já tem a capacidade de demonstrar qual é esta visão política de responder às pessoas mais do que os grandes investimentos. Aquilo que este Presidente disse desde o primeiro dia é *“eu quero tirar a incógnita da vida das pessoas. Quando levam os miúdos para a escola, quando saem de casa e precisam de transporte público, quando precisam ter uma instalação desportiva condigna”*. É isto que está aqui, e, portanto, em destaque. -----

Justificar a despesa corrente, gostava de dizer aqui uma coisa, eu acabei por falar na despesa corrente. Eu ainda, há bocado falei das refeições escolares que é despesa corrente. Eu ainda, há bocado falei dos transportes escolares, que é despesa corrente. Olhe a deposição de resíduos só para os deputados ficarem com esta ideia. -----

Nos últimos quatro anos, nós passamos de 1.700.000,00 € de taxa de deposição de resíduos, o valor total da deposição dos resíduos do município para mais de 4 milhões €. Portanto, isto é despesa corrente, tem a ver com a nossa cultura. -----

Nós despejamos demasiado dentro dos resíduos urbanos, dos contentores, dos moleques. Segregamos pouco, não estamos a tratar bem do biorresíduos, temos todos um trabalho para fazer, porque tudo aquilo que é separado não vai para o aterro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

e pagamos menos despesa. E estes 4 milhões € é despesa corrente. -----
Posso também falar dos encargos de instalações, os aumentos dos preços de energia elétrica fizeram com que 4,8 milhões €. Já estamos com 8.400.000,00 € de despesas de encargos com instalações. Abrimos um pavilhão novo em Almancil. Também carrega neste valor, mas isto são despesas correntes que não se conseguem depois resolver porque são efetivamente estratégicas e resultantes da nossa forma de viver. Disse aí sobre a despesa de pessoal aumentar 5x a despesa com pessoal, o que está no Relatório é que ele cresce 0,5% a taxa de inflação, todas outras despesas crescem. A taxa de inflação, que é 2,1% previsto no Orçamento de Estado e nós utilizamos o mesmo referencial, mas a despesa com o pessoal e está, de facto elencado no Relatório essa nuance, essa subtilidade que já pressupõe uma redução, porque se o salário mínimo nacional está a continuar a aumentar e bem, e os salários médios aumentaram e bem. Se nós estamos a aumentar 0,5% anualmente, a previsão plurianual dos gastos com pessoal é porque já se prevê uma suavização da despesa e isso está lá elencado porque é 0,5% eu até posso ver qual é a página, se quiser, mas enfim, para não perder mais tempo. -----

As prioridades estratégicas que disse é preciso demonstrar e estão aí habitação, educação e saúde foram as três e creio que respondi e peço desculpa ter mais questões para colocar. Eu não queria gastar o tempo todo, senhor Presidente, até porque temos muitos assuntos ainda para deliberar, mas se alguma questão não fui explícita, por favor. Eu vou rever esta Assembleia e responderei por escrito tão depressa quanto possível. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Mais algum deputado quer intervir? Senhora Deputada Irina, pode continuar a intervenção. -----

A Deputada **Irina Martins (PSD)** tomou a palavra e disse: Eu gosto de ser mártir e continuar a ouvir o senhor Vice-Presidente a dar-me lições sobre orçamentais. Por isso vou continuar uma vez tinha a intervenção preparada e penso que podemos todos retirar algumas clarificações sobre isso. -----

Relativamente àquilo que é são os Compromissos Plurianuais também que merecem ser densificados e falados, temos de frisar sempre, e voltamos à questão política e central, que autorizar Compromissos Plurianuais não é apenas aprovar números do senhor Vice-Presidente, também sabe isso, senhor Presidente, é definir o grau de liberdade com que o município se compromete relativamente ao futuro. E essa decisão exige critério, hierarquia e prudência política e que foi aqui já dado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

posteriormente, aquilo que é a hierarquização política que nos dão. Ou seja, é importante começar por clarificar o que é que está em causa. -----

Sabemos que muitos dos Compromissos Plurianuais não correspondem efetivamente, desde logo, a contratos fechados ou a despesa efetiva imediata. Em muitos casos, tratam se apenas de autorizações habilitante e necessários para abrir rubricas e enquadrar procedimentos futuros e evitar que o Executivo fique manietado na gestão corrente ou na execução dos investimentos estruturantes. A realidade é conhecida e isso não está sequer em discussão. O que está em discussão é a dimensão e o alcance do método de autorização que agora nos é solicitada. Estamos a falar de mais de 650 milhões € em Compromissos Plurianuais projetados até 2034. -----

Há questões nos compromissos que estão até 2034, mais de um, de dois mandatos sobre aquilo que estamos hoje, abrangendo não apenas investimentos estruturantes, mas também despesas correntes, serviços contínuos e até eventos, e concentrados num único pacote deliberativo. Ou seja, mesmo reconhecendo o caráter habilitante, muitas destas autorizações o volume que foi agregado e a falta de diferenciação entre eles levantam para mim algumas questões políticas. -----

O primeiro problema é relativamente àquilo que é a rigidez potencial, ou seja, quando o plurianual passa da exceção a uma regra generalizada, corre se efetivamente o risco de cristalizar aquilo que são as opções futuras com base em pressupostos económicos. Ou seja, que sabemos à partida, como já dissemos aqui, o senhor Vice-Presidente afirmou que são à partida voláteis, ou seja, sobretudo naquilo que são as áreas como a energia que falou, como são os resíduos, como são a água e os serviços externos. Ainda que a despesa não esteja a contratualizado, há hoje, e como o senhor Vice-Presidente referiu, o enquadramento plurianual cria desde já expetativas relativamente àquilo que vão ser, podendo aumentar e condiciona desde já decisões futuras e reduz a margem da reprogramação política. -----

O segundo problema é a natureza institucional e democrática dos compromissos. Ao solicitar uma autorização em bloco, o Executivo transfere para o presente aquilo que é a validação das opções, que só terão impacto financeiro efetivo nos mandatos futuros. Ou seja, mesmo admitindo que muitas decisões concretas voltarão aqui a esta Assembleia porque voltarão. Esta abordagem reduz aquilo que é a capacidade de reavaliação anual de prioridades e enfraquece o princípio do escrutínio faseado que é essencial numa democracia local saudável. -----

Por fim, uma questão de coerência política, o Executivo invoca novamente a prudência orçamental, mas apresenta um conjunto alargado de Compromissos Plurianuais, com escassa hierarquização. Mas pronto, já passámos essa fase, o senhor Vice-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Presidente já me respondeu. Não questionamos sequer a legalidade da proposta nem a utilidade do instrumento plurianual enquanto mecanismo de gestão. Questionamos, sim, a forma como ele é utilizado. -----

Qual é a extensão verdadeira, a agregação, a ausência e a leitura política mais seletiva relativamente a ele? Porque, ao fim e ao cabo, os Compromissos Plurianuais, mesmo quando são meramente habilitantes, não são eles próprios neutros, ou seja, são opções políticas com efeito prolongado no tempo, e convém analisá-los com atenção antes de autorizar. Nesse sentido, tinha aqui apenas cinco perguntas que é: Que critério foi efetivamente utilizado para incluir no regime plurianual, investimentos estruturantes e despesas como eventos, programação cultural, qual foi o critério? ---- Se considera o Executivo que todas as rubricas constantes do Mapa têm o mesmo grau de prioridade? Já percebemos que não. Mas se quiser densificar algumas delas, agradecemos. -----

Qual a justificação para compromissos que se estendem até 2033 e 2034, ultrapassando claramente mais do que o mandato autárquico? -----

Que salvaguardas existem para futuros executivos e assembleias municipais para reorientar em políticas públicas entretanto desatualizadas? -----

Que prioridade efetiva é dada ao interior quando os compromissos são analisados em termos de volume financeiro consolidado? -----

E, apenas para terminar, autorizar Compromissos Plurianuais é governar para o futuro. E governar o futuro exige mais do que um critério do que uma lista extensa. Exige escolhas e isso é o que sentimos faltar nesta proposta de Compromissos Plurianuais, escolhas efetivas. Muito obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Com certeza. Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado, senhora Deputada Irina, e posso eventualmente escapar-me aqui nalgumas questões que colocou, mas como lhe disse, serão todas devidamente respondidas. -----

Sobre os Compromissos Plurianuais e, para que fique aqui claro, hoje em dia é raro numa aquisição de bens, numa aquisição de serviços, num investimento de qualquer empreitada, não haver a despesa num ano e noutro. Isto é, quando há uma despesa no ano em curso e que também passa para o ano subsequente. É uma despesa plurianual, não é? E é da prudência orçamental, nós perspetivarmos se temos uma



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

empreitada, quanto é que vai afetar o Orçamento ao longo dos próximos anos para garantir que temos cabimento orçamental nas receitas atuais e nas receitas projetadas. -----

Portanto, e isso, é óbvio que os procedimentos são de futuro e têm que ser salvaguardados nos nossos Compromissos Plurianuais. E há aqui outra questão, nós temos plurianuais do Plano Plurianual de Investimentos e temos plurianuais no Plano de Atividades Municipais. Sinalizou aí os eventos, ora, nesta casa foi debatido e muito por um senhor Deputado Carlos Martins, e que aqui aproveito para saudar esta noite, para que começasse a haver um maior nível de detalhe, porque são compromissos. Quando nós temos um Carnaval, quando nós temos uns Santos Populares, quando nós temos uma Passagem de Ano, quando não temos um Festival MED, quando nós temos uma Noite Branca, são centenas de milhares de euros para que esses eventos que dinamizam a economia local e que são eventos de importância estratégica para o nosso concelho, eles têm que estar inscritos. Se quem vier a seguir, até porque o instrumento previsional é revisto anualmente e portanto, esta Assembleia vai ter sempre a possibilidade de corrigir a visão de futuro. Agora, enquanto eu cá tiver aquilo que é um compromisso firme, que duvido que alguém queira acabar com o Festival MED, ele tem que estar repercutido em todos os anos para o futuro, durante o quinquénio 5 anos e porque depois, entrando aqui naquela questão porque é que temos aqui compromissos até 2034? Por causa de nós delegarmos na AMAL os transportes municipais e intermunicipais. Está a haver agora o novo concurso público que é até 2034 e que já veio à Assembleia, a autorização para essa contratualização. Nós somos a autoridade transporte e delegamos na AMAL, como a maior parte dos municípios do Algarve, a gestão dos transportes numa perspetiva municipal e intermunicipal, aqueles autocarros que circula entre os municípios ou aqueles que circulam entre as várias localidades do município são as municipais e ficamos apenas com a gestão dos urbanos. -----

É para que esse procedimento possa ter uma amplitude suficiente para a amortização do material circulante, ele tem que ser abrangido até 2034. E depois, creio que também há outra questão que tem a ver com as rendas e as rendas da delegação das competências nós temos rendas das habitações e temos que tê-las também perspetiva e creio que é as únicas duas realidades que estão projetadas nessa amplitude temporal. As rendas estão até 2033. -----

Em todo o caso, esta projeção até 2034 foi fundamentalmente por causa do novo concurso público da VAMUS, estar a ser lançado agora para o Algarve, pela Autoridade, pela Comunidade Intermunicipal do Algarve. -----

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten mark in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Eu creio que governar para o futuro está claro e inequívoco nos compromissos. Isto é o que é que nós estamos a escolher efetivamente? A apresentação creio que ajudou e é por isso mesmo que estava a falar, ainda bem que se fez a síntese aqui na apresentação, porque ela objetiva um documento muito denso e muito técnico, conforme o senhor Deputado acabou por dizer. -----

O Relatório já é uma síntese desses documentos e aqui ficou muito bem sinalizado esta melhoria. Talvez possamos ainda otimizar melhor esse Relatório, para ter a síntese que efetivamente responda às suas questões e de todos, para que seja um documento mais intuitivo e mais acessível e, eventualmente, menos técnico. E esse trabalho tem sido feito precisamente com os Deputados da Assembleia Municipal. --- Eu acabei por sinalizar um antigo deputado que ajudou nesse trabalho, e seguramente vocês também irão ajudar, porque este Orçamento é nosso, é de todos nós. E agradeço encarecidamente os vossos contributos. Antecipadamente obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Continuam abertas as inscrições para a análise destas três alíneas. A senhora Deputada Liliana Bom, do partido CDS/PP, tem a palavra. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Eu tinha só uma questão relativamente à habitação a custos controlados, existe alguma previsão para a freguesia de Almancil relativamente a isso? -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Deputado tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: É para todo o concelho. Ou seja, não só para Loulé ou para Quarteira é para todo o concelho. É aposta na habitação. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Há mais intervenções dos senhores Deputados. Bom, quero agradecer este enriquecedor debate e se todos concordam, iremos passar então à votação. ----- São três alíneas irão ser votadas em separado e a alínea b) tem três pontos que também irão ser votados em separado. -----

Passou-se à votação: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2070-2025 [DAF] - Proposta de Fiscalidade Municipal para 2026 - a fixação da taxa de IMI, incluindo a redução da taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes; a fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC; -----

A fixação da taxa de IMI; incluindo a redução da taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

A fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

A Aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isenta de IRC; -----

Foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da AML disse: Então, se não houver qualquer indicação vossa, iremos passar para a votação da alínea c). -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2141-2025 [DAF] - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2026, de acordo com o disposto no artigo 25º, nº 1, al. a) e artigo 33º, nº 1, al. c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A lista de documentos que integram o Orçamento e Grandes Opções do Plano são os seguintes: Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano; Resumo das receitas e despesas; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Receitas e Despesas, desagregado por classificação económica; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipais; Mapa de Pessoal; Mapa de Transferências para as Freguesias; Mapa de Encargos com os Empréstimos; Normas sobre a Execução Orçamental; Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa das Participações da Entidade; Orçamentos das Empresas Locais; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

Foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 TPA) e 7 abstenções (6 CHEGA, 1 IL). -----

O **Presidente da AML** disse: Haveria aqui um período de intervenções. Senhor Deputado Helder Faísca, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado **Helder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Queremos apresentar uma Declaração de Voto, pois fazemos chegar à Mesa, Passo a ler: -----

Declaração de Voto; -----

"O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026, apresentadas pelo Executivo Municipal, consubstancia um documento de continuidade política elaborado num contexto particular de início de mandato, mas também de abertura ao diálogo institucional e à construção de consensos. Atitude que o Grupo municipal do PSD valoriza e regista. Do ponto de vista técnico, estamos perante um Orçamento formalmente correto, financeiramente equilibrado e em cenário normal de execução exequível. -----

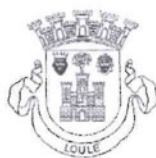
O PSD, reconhece igualmente um conjunto de opções positivas, designadamente o investimento na área da saúde, com projetos estruturantes relevantes para o concelho, o reforço da mobilidade sustentável, a continuidade do investimento na cultura e no desporto e a atenção dada às questões da habitação e da coesão territorial. -----

Todavia, a análise efetuada pelo Grupo Municipal do PSD, evidencia fragilidades que importa assinalar de forma clara e responsável. Desde logo, o crescimento consistente da despesa corrente, particularmente na rubrica de pessoal e aquisição de bens e serviços, revela um desfasamento entre o discurso de prudência financeira e a realidade da estrutura orçamental. -----

A consolidação da despesa permanente, assente em parte em receitas de natureza conjuntural, levanta legítimas preocupações quanto à sustentabilidade futura. Acresce que o Orçamento apresenta uma dependência significativa das receitas externas de transferências da Administração Central, fundos comunitários e receitas associadas ao ciclo imobiliário, que não estão integralmente sob o controlo do município. -----

Trata-se de um modelo que, embora admissível no curto prazo, exige cautela e permanente monitorização relativamente às Grandes Opções do Plano. -----

O PSD, entende que a principal fragilidade não reside na falta de projetos, mas na ausência de uma hierarquização clara de prioridades. A dispersão de objetivos dificulta a perceção de uma estratégia política estruturada e verdadeiramente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

diferenciadora para o desenvolvimento do concelho. Ainda assim, o Grupo municipal do PSD entende que este Orçamento não deve ser rejeitado num quadro de transição política com o Executivo recentemente empossado. -----

O PSD opta por um posicionamento de responsabilidade institucional sem abdicar do rigor, do escrutínio e da exigência política. O voto favorável do PSD não constitui um cheque em branco. É um voto de confiança condicionada, assente na expectativa que o Executivo saberá na execução orçamental e nas revisões futuras. Corrigir fragilidades, reforçar a sustentabilidade financeira e clarificar prioridades estratégicas. O PSD exercerá, como sempre, uma oposição responsável, firme e construtiva, acompanhando de forma rigorosa a execução do Orçamento. Por prudência fiscal, não dispensa visão estratégica e o equilíbrio financeiro não substitui escolhas políticas claras, sempre orientadas pelo interesse do concelho e das populações de Loulé. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Temos mais duas inscrições neste momento. Irei então passar a palavra à senhora Deputada Liliana Bom, tem a palavra senhora deputada. -----

A Deputada **Liliana Bom (CDS)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. -----

Vamos também fazer uma Declaração de Voto, relativamente ao Orçamento e aos Grandes Planos para 2026. -----

Declaração de Voto; -----

“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026, apresentados pelo Executivo Municipal enquadram-se no início de um novo ciclo e de um novo mandato. E, neste contexto, importa desde logo registar de forma positiva a abertura demonstrada pelo Executivo, a conversação ao diálogo construtivo e democrático no processo de elaboração do documento, facto que a bancada do CDS-PP reconhece e saúda. São vários os aspetos positivos a assinalar, nomeadamente a clara aposta no investimento físico e estrutural no território. O compromisso para com a habitação como uma prioridade relevante, bem como a inclusão da eficiência energética e sustentabilidade, bem como o tema da saúde, áreas que consideramos fundamentais para o desenvolvimento equilibrado do concelho. Não obstante, existem sinais que merecem a nossa atenção e preocupação, em particular a forte dependência do investimento em impostos diretos, que nos levanta algumas reservas quanto à robustez futura. Acresce que as despesas correntes também assentam, em alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

casos, em premissas variáveis para fazer face a despesas de natureza fixa, onde se destacam o aumento, por exemplo, dos custos com pessoal. Apesar de um discurso de aparente prudência, estes fatores suscitam-nos algumas dúvidas legítimas quanto à verdadeira sustentabilidade financeira a médio e longo prazo. -----

Reconhecemos que as Grandes Opções do Plano, integram várias propostas meritórias. Contudo, nem sempre se percebe com clareza a hierarquização e a linha de prioridades entre as mesmas, o que poderá constituir um fator desfavorável do ponto de vista organizacional e da eficácia da execução das políticas públicas. -----

Ainda assim, o CDS-PP assume uma posição institucional responsável, pautada por uma vigilância exigente, assertividade e disponibilidade para o diálogo. Ao longo deste mandato, continuaremos a fazer chegar ao Executivo as nossas preocupações e contributos, com o objetivo de melhorar as opções políticas e a sua execução. -----

Assim, a aprovação do Orçamento por parte desta bancada traduz se num voto de confiança, assente na expectativa de que o Executivo vai saber gerir adequadamente as prioridades, procedendo as correções orçamentais que se revelem necessárias quando e se tal se justificar. -----

O CDS-PP estará atento e escrutinar o processo de forma a defender os interesses do município e da sua população. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada, senhora Deputada. Cabe à Mesa esclarecer também que na votação dos 31 votos a favor, registaram-se 7 abstenções, sendo 6 do Partido CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal. Portanto, neste momento eu iria dar a palavra ao senhor Deputado João Apolónia, da Iniciativa Liberal. -----

O Deputado **João Apolónia (IL)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, em si cumprimento a todos os presentes e quem assistem lá em casa. Então a nossa Declaração de Voto relativamente a este Orçamento. -----

Declaração de Voto; -----

“Estamos hoje perante um documento que nos apresenta o Orçamento recorde de quase 300 milhões €. É inegavelmente um valor colossal que demonstra a robustez financeira do nosso concelho. A nossa bancada decide, contudo, pela abstenção. É esta abstenção não é um ato de indecisão, mas sim um ato de vigilância crítica. -----

A nossa grande preocupação não é o que se gasta em obra, é o que se gasta para manter a máquina a funcionar. Estamos a construir um monstro administrativo que consome 161 milhões € por ano, apenas em despesa corrente. -----

Estamos a falar de salários, contratos de serviços e energia e burocracia. E aqui reside



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

o perigo da sustentabilidade. Esta despesa gigante e rígida, uma vez criada, não se consegue reduzir. Mas a receita que é que a paga é variável? Hoje a Câmara nada em dinheiro porque o mercado imobiliário está em alta, gerando receitas recordes de IMI e IMT. Mas todos sabemos que a economia funciona por ciclos. E o que acontecerá quando o ciclo virar? Uma gestão liberal e prudente não aproveita as vacas gordas para aumentar o tamanho do Estado, mas sim para devolver rendimento às pessoas e criar reservas. -----

Este Orçamento faz o oposto expande a esfera pública até ao limite da receita disponível. No entanto, não votamos contra porque não somos cegos às necessidades urgentes de Loulé. Não podemos opor-nos aos investimentos avultados que exigem 57 milhões para habitação e à reabilitação das várias escolas que foram apresentadas. -----

Reconhecemos a saúde financeira da autarquia e o mérito de manter prazos de pagamento curtos aos fornecedores, assim como a isenção da Derrama. Medidas que demonstram respeito por quem trabalha e investe no concelho. Bloquear este Orçamento seria bloquear a resolução de problemas reais das pessoas e não é para isso que cá estamos. -----

Contudo, também não podemos votar a favor. E não o fazemos por três razões fundamentais que este documento espelha. -----

Primeiro, o peso excessivo da máquina. Investir em 137 milhões € em obra capital. -- A Câmara precisa de gastar 161 milhões € para cada euro que devolvemos aos cidadãos. É investimento, gastamos mais de 1 € a manter a porta aberta. Vemos uma despesa com pessoal a crescer para 27% do Orçamento e milhões gastos em serviços externos. Energia e a estrutura burocrática pesada. -----

Loulé, corre o risco de se tornar um gigante administrativo difícil de sustentar o futuro. Segundo a filosofia estatista, este Orçamento perpetua a ideia de que a Câmara deve ser o construtor civil, o promotor de festas, o grande patrão do concelho. -----

Vemos 3 milhões € para eventos e festas, mas sentimos falta de audácia na redução de impostos e taxas a quem gera riqueza. -----

A Derrama zero é positiva, mas é o mínimo exigível num concelho com este excedente. O dinheiro estaria melhor no bolso das famílias do que retido nos cofres municipais à espera de ser executado. -----

Terceiro, a dúvida na execução, o papel aceita tudo, mas a realidade é mais dura. Vemos neste plano obras repetidas de anos anteriores. -----

O nosso voto de abstenção é um aviso. Não nos deslumbramos com os anúncios de milhões e exigimos ver a taxa de execução real no final do ano, assim como uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

avaliação do impacto de cada euro que é investido no concelho. -----
Concluindo, abstermos para viabilizar os investimentos essenciais na habitação e educação, mas recusamos dar um cheque em branco a uma visão política que privilegia a despesa corrente e o crescimento da esfera pública em detrimento da iniciativa privada e da liberdade económica dos munícipes, disse. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Então, prosseguindo, não sei se há mais inscrições? Prosseguindo o grupo que estava a votação. A Mesa vai colocar agora à votação a alínea seguinte. -----

Passou-se à votação: -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2140-2025 [DAF] - Aprovação dos Compromissos Plurianuais - ano 2026, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; -----

Foi **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 TPA) e 7 abstenções (6 CHEGA, 1 IL). -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2109-2025 [DAF] - Delegação de Competências relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais, até ao limite de 100.000,00 EUR, no presidente da Câmara, conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; **para deliberação;**-----

O **Presidente da AML** disse: Dou a palavra então ao Executivo. Sobre esta linha tem a palavra. Senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Um Muito rapidamente a legislação original que dotava a possibilidade de a Assembleia Municipal delegar no Presidente da Câmara esta competência e data de 1999. A legislação ainda estava em escudos, na altura em contos. Daí aquele valor que o limite era de 99.759,58 €. Aquilo que se pede aqui à Assembleia é muito fácil os municípios terem hoje em dia procedimentos plurianuais de 20.000 € deste ano e depois, para o próximo ano, mais 10 ou mais 30. Isto quer dizer que é uma aquisição de um bem, a aquisição de um serviço que se arrasta para mais do que um ano e quando não está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

inscrito, porque valores desta ordem de grandeza já não são previstos no Plano de Atividades Municipal, nem no Plano de Investimentos Municipal Plano Plurianual de Investimentos, nós o acontece e tem acontecido nestas últimas duas décadas na Câmara Municipal de Loulé é dotar o Presidente da Câmara de capacidade de decidir sem ter que vir previamente a esta Assembleia procedimentos desta ordem de grandeza. Portanto, o teto máximo é dos 100.000 €. Já agora, a legislação alterou no ano passado, em 2025. Portanto, há aí o decreto lei de 13a/2025 permitiu aumentar até 500.000 € o valor que a Assembleia pode dotar o presidente da Câmara. Neste caso, e para uma simplificação, para uma agilidade de procedimentos para responder mais depressa à nossa comunidade. Capacitar o Presidente de algo que tem sido apanágio da Assembleia, pelo menos nas últimas duas décadas. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estou aberto as inscrições sobre esta alínea. Não estou a vislumbrar inscrições. -----

Passou-se à votação: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2109-2025 [DAF] - Delegação de Competências relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais, até ao limite de 100.000,00 EUR, no presidente da Câmara, conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

Foi **aprovada por maioria**, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 abstenções (CHEGA). -----

O **Presidente da AML** disse: Iríamos então passar aqui ao próximo grupo de alíneas, alínea f) e alínea g). -----

É 01h00, ponho à consideração dos senhores Deputados se podemos continuar ou se iremos interromper os trabalhos para continuar na segunda-feira? A hora limite é 01h00. Portanto. Penso que hoje mesmo se continuemos não devemos ter tempo para terminar estas votações que estão aqui. Portanto, se todos manifestam concordância? Então, se todos concordam. A presente sessão terá continuidade no próximo dia 22, a segunda-feira, às 21h00. Não será feita nova convocatória e, portanto, os senhores Deputados que hoje aqui estão presentes. E falo também, em especial para os que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

estão em substituição. Peço que compareçam e que se considerem desde já notificados para essa comparência. Resta aqui, em nome da Mesa, os agradecimentos a todos aqueles que tornaram possível esta sessão. A todos os técnicos da Câmara da Linguagem Gestual e a desejar um bom fim de semana. Ainda temos a ata minuta para ler. Eu ia pedir o auxílio da primeira secretária porque a minha voz também já não está a 100%, então pedia só pra dar a leitura da ata minuta para depois procedermos ao encerramento. -----

O **Presidente da AML** disse: Então iremos passar à Minuta da Ata e à respetiva leitura. -----

Passou-se à Leitura da Ata. -----

A **1ª Secretária, Marilyn Tomás** tomou a palavra e disse: Muito boa noite. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Silvério António Silva Gonçalves Guerreiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75 de 2013, de 12 de setembro, faz público que, em reunião ordinária de 19 de dezembro de 2025, e aprovada em minuta. A Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----

a Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----

A Ata Minuta nº. 2 foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

- A Moção de Atualidade e Urgência - Pela manutenção do CODU e das estruturas de socorro e de emergência médica (INEM) no Algarve, do GM do PS, foi aprovada por unanimidade, com as sugestões propostas pelo Deputado Carlos Silva Gomes; -----
A sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade e a Moção foi também aprovada por unanimidade, mas com alterações. -----

- A Moção de Atualidade e Urgência - Pela segurança em Loulé são necessários Guardas Noturnos, do GM do CHEGA; foi rejeitada a admissibilidade com 29 votos contra (13 PSD, 13 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA), 3 abstenções (2 PSD, 1 PS) e 6 votos a favor (CHEGA); -----

O Voto de Congratulação - Pela atribuição do Prémio Pessoa à escritora louletana Lídia Jorge, do GM do PS e subscrito pelo GM do PSD, CDS, IL e TPA, foi aprovado por maioria, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 votos contra (CHEGA); -----

A Moção - Pelos 50 anos do 25 de Novembro de 1975, do GM do CHEGA; a pedido do GM do CHEGA; foi retirada; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

- a) - Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; foi apreciada; -----
- b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2070-2025 [DAF] - Proposta de Fiscalidade Municipal para 2026, propõe-se a fixação da taxa de IMI, incluindo a redução da taxa de IMI para as Freguesias do interior e para famílias com dependentes, foi aprovada por unanimidade - a fixação da percentagem referente à participação variável do IRS, foi aprovada por unanimidade, a aplicação da Derrama, sobre o lucro tributável e não isento de IRC; foi aprovada por unanimidade; -----
- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2141-2025 [DAF] - Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2026, de acordo com o disposto no artigo 25º, nº 1, al. a) e artigo 33º, nº 1, al. c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A lista de documentos que integram o Orçamento e Grandes Opções do Plano são os seguintes: Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano; Resumo das receitas e despesas; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa; Receitas e Despesas, desagregado por classificação económica; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipais; Mapa de Pessoal; Mapa de Transferências para as Freguesias; Mapa de Encargos com os Empréstimos; Normas sobre a Execução Orçamental; Demonstrações Financeiras Previsionais; Mapa das Participações da Entidade; Orçamentos das Empresas Locais, foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 TPA) e 7 abstenções (6 CHEGA, 1 IL); -----
- d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2109-2025 [DAF] - Delegação de Competências relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais, até ao limite de 100.000,00 EUR, no presidente da Câmara, conforme estabelecido no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 IL, 1 TPA) e 6 abstenções (CHEGA); -----
- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2140-2025 [DAF] - Aprovação dos Compromissos Plurianuais - ano 2026, nos termos do estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (15 PSD, 14 PS, 1 CDS, 1 TPA) e 7 abstenções (6 CHEGA, 1 IL); -----

O **Presidente da AML** disse: Vamos neste momento submeter à votação a Minuta que foi aqui lida pela senhora 1ª Secretária, muito obrigado. Portanto eu colocava à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2025-2029

votação dos senhores Deputados. -----

Passou-se à votação; -----

A Ata Minuta foi aprovada por unanimidade, às 01:15H do dia 20 de dezembro. -----

Encerramento. -----

O **Presidente da AML** disse: Um bom regresso a casa a todos e agradeço em especial ao público resistente que esteve aqui até segunda-feira. Um bom fim de semana, então. Muito obrigado. -----

Nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Silvestre Silva Guerreiro

A 1.ª SECRETÁRIA Manita

A 2.ª SECRETÁRIA Verónica